

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO E CONTAS

2025



© 2026 Sociedade Moçambicana de Medicamentos. Todos os direitos reservados. A reprodução total ou parcial deste relatório sem autorização prévia da organização é proibida.

ÍNDICE

1.	SUMÁRIO EXECUTIVO	3
2.	PRINCIPAIS DESTAQUES DO ANO	5
3.	PRINCIPAIS INDICADORES	6
4.	A IDENTIDADE DA SOCIEDADE MOÇAMBICANA DE MEDICAMENTOS	6
4.1.	O NOSSO POSICIONAMENTO:	8
4.2.	ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA SMM	8
4.2.1	ÓRGÃOS SOCIAIS	9
5.	CONTEXTO ECONÓMICO E SECTORIAL	9
6.	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS SMM	10
6.1.	INFRAESTRUTURA E CAPACIDADE PRODUTIVA	10
6.1.1.	MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO ÀS OPERAÇÕES	10
6.2.	SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E CONFORMIDADE REGULAMENTAR	11
6.3.	SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE DO TRABALHADOR	12
6.3.1.	Segurança no Trabalho	12
6.3.2.	Gestão ambiental	12
6.3.3.	Iniciativas de Sensibilização e Responsabilidade Ambiental	13
6.3.4.	Saúde Ocupacional	13
6.4.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	14
6.5.	RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	15
7.	SOBRE A EMPRESA SUBSIDIÁRIA – INFARMA, LDA	17
7.1.	CONSTITUIÇÃO DA INFARMA	17
7.2.	PORTFÓLIO DE PRODUTOS	17
7.3.	INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS	19
7.4.	GESTÃO DA QUALIDADE	20
7.5.	ÁREA REGULAMENTAR	20
7.6.	OPERAÇÕES INDUSTRIAIS (PLANTA DE SÓLIDOS ORAIS E INJECTÁVEIS DE GRANDE VOLUME E VACINAS)	20
8.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	21
8.1.	PROVEITOS E RESULTADOS	21
8.2.	ESTRUTURA DO BALANÇO	22
8.3.	CUSTOS COM PESSOAL	22
8.4.	LIQUIDEZ	23
8.5.	CRÉDITO REMUNERÁVEL	23
8.6.	PERSPECTIVAS PARA 2026	24
9.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	24
10.	AGRADECIMENTOS	24
11.	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
12.	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	27

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Caros Accionistas, Parceiros e Colaboradores,

O ano de 2025 decorreu num contexto particularmente exigente para o sector da saúde, marcado por limitações financeiras, escassez de divisas e desafios persistentes nas cadeias de abastecimento internacionais. Este contexto veio reforçar a importância estratégica da produção nacional de medicamentos e dispositivos médicos como factor de resiliência do Sistema Nacional de Saúde e de redução da dependência externa.

Ao longo do exercício, a SMM prosseguiu o seu processo de consolidação institucional e operacional, orientando a sua actuação para o fortalecimento das capacidades produtivas, a melhoria dos sistemas de gestão e a criação das bases necessárias para o crescimento sustentável da empresa. Foram igualmente desenvolvidas iniciativas destinadas a reforçar a qualidade, a eficiência operacional e a preparação da organização para responder aos desafios actuais e futuros do sector farmacêutico.

Os progressos alcançados confirmam o papel da SMM como um activo estratégico do Estado moçambicano na promoção da industrialização farmacêutica e de produtos de saúde, na segurança sanitária e na garantia de maior disponibilidade de produtos essenciais para a população.

Os desafios que ainda enfrentamos exigem perseverança, visão e compromisso. Contudo, acreditamos que o caminho percorrido nos últimos anos permitiu criar bases sólidas para o desenvolvimento de uma indústria farmacêutica nacional cada vez mais robusta, competitiva e alinhada com as prioridades do país.

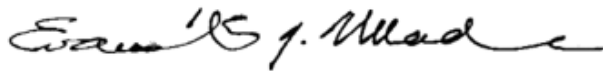
Com agrado, concluímos em 2025 a instalação das unidades de produção de vacinas e de injectáveis na nossa subsidiária INFARMA, projectos de grande relevância estratégica para o desiderato nacional de soberania sanitária. Espera-se o início de exploração comercial destas unidades no decurso de 2026, após a conclusão das actividades de qualificação e de validação e o cumprimento das obrigações regulatórias.

Em 2026 esperamos também concluir a instalação da planta de produção de desinfectantes de etanol e a requalificação da planta de dispositivos médicos em Beluluane.

Estes projectos contribuirão no curto prazo para o aumento da oferta de produção local de medicamentos e produtos de saúde, bem assim para a redução de importações e retenção de divisas.

Em nome do Conselho de Administração, endereço uma palavra de reconhecimento ao accionista Estado, através do IGEPE, ao Ministério da Saúde, às entidades reguladoras, aos nossos parceiros e a todos os colaboradores da SMM e da sua subsidiária INFARMA pelo empenho e dedicação demonstrados ao longo do ano.

Continuaremos a trabalhar para que a Sociedade Moçambicana de Medicamentos seja cada vez mais uma referência nacional e um instrumento ao serviço da saúde dos moçambicanos.



Evaristo Madime
Presidente do Conselho de Administração

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O exercício de 2025 ficou marcado pelo reforço do papel da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. (SMM) na promoção da industrialização farmacêutica nacional e no fortalecimento da capacidade produtiva do País para responder às necessidades do Sistema Nacional de Saúde. Em alinhamento com os objectivos definidos no Plano de Actividades e Orçamento de 2025, a SMM prosseguiu a implementação da sua estratégia de crescimento, centrada na diversificação do portfólio de produtos, expansão das actividades industriais e desenvolvimento de novas parcerias estratégicas.

A SMM manteve igualmente o foco na produção local de bens essenciais para o sector da saúde, contribuindo para a redução da dependência das importações e para o aumento da disponibilidade de produtos de saúde produzidos em Moçambique.

O exercício decorreu num contexto económico particularmente desafiante, caracterizado por limitações na disponibilidade de divisas para importação de matérias-primas e insumos, constrangimentos nas cadeias de abastecimento e atrasos significativos nos recebimentos de clientes do sector público. Estes factores condicionaram a actividade operacional da SMM e da sua subsidiária INFARMA, com impacto directo na capacidade de produção e na execução dos volumes planeados.

Não obstante o contexto adverso, a nível individualmente SMM manteve níveis adequados de estabilidade financeira e operacional, encerrando o exercício com um resultado líquido positivo de 10,1 milhões de Meticais, evidenciando capacidade de adaptação e rigor na gestão dos recursos.

O resultado operacional registou um crescimento de 386% face ao exercício anterior, explicado essencialmente pela melhoria da eficiência na gestão dos meios circulantes materiais e optimização dos custos de produção, apesar da redução do volume de vendas.

Por outro lado, os resultados financeiros foram negativamente impactados, registando uma variação desfavorável de cerca de 231%, associada ao aumento dos encargos com financiamento de curto prazo (papel comercial), utilizado para mitigar restrições de liquidez decorrentes dos atrasos nos recebimentos do principal cliente institucional.

A nível individual, a SMM manteve uma autonomia financeira de aproximadamente 78%, reflectindo uma estrutura de capital sólida e uma reduzida dependência de financiamento externo. Os capitais próprios mantiveram-se globalmente estáveis face ao exercício anterior, evidenciando consistência na preservação da posição patrimonial da empresa.

Em termos consolidados, o Grupo SMM encerrou o exercício com capitais próprios na ordem de 3 mil milhões de Meticais, praticamente estáveis face ao exercício anterior, reflectindo o equilíbrio global da estrutura financeira do Grupo.

Os activos totais registaram um crescimento de aproximadamente 2%, suportados pela continuidade dos investimentos estratégicos em curso, com destaque para a expansão industrial da INFARMA.

Os resultados consolidados foram, contudo, negativamente impactados pela redução do volume de negócios, tanto da SMM (individual) como, de forma mais acentuada, da INFARMA. Esta situação resultou essencialmente da incapacidade de manutenção regular das importações de matérias-primas e insumos, decorrente da escassez de divisas, bem como dos atrasos acentuados e prolongados (com saldos devedores significativos acumulados desde 2024) nos recebimentos dos fornecimentos ao cliente Estado.

Este enquadramento conduziu a frequentes rupturas de stocks de matérias-primas e insumos, afectando a continuidade operacional das unidades produtivas e impedindo o cumprimento integral dos contratos de fornecimento existentes, com particular incidência nos compromissos assumidos com a Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM), principal cliente institucional do Grupo.

Entre os principais marcos do exercício destacam-se a continuação da implementação da unidade de produção de desinfectantes à base de etanol, a requalificação da fábrica de dispositivos médicos, a conclusão da área de esterilização de dispositivos médicos, o reforço dos sistemas de qualidade e conformidade regulatória, bem como o lançamento do processo de implementação de um Sistema Integrado de Gestão alinhado com as normas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001.

No âmbito da transformação digital e modernização institucional, foram desenvolvidas iniciativas de reforço da infraestrutura tecnológica, melhoria da segurança da informação e digitalização de processos internos, contribuindo para ganhos de eficiência operacional e melhoria dos mecanismos de suporte à decisão.

A subsidiária INFARMA prosseguiu a execução dos projectos estratégicos de produção de Vacinas e Injectáveis de Grande Volume, tendo concluído a instalação dos principais equipamentos industriais.

Os projectos encontram-se em fase avançada de preparação para licenciamento e entrada em operação, constituindo um marco estruturante para o fortalecimento da indústria farmacêutica nacional e para a expansão da capacidade produtiva do Grupo.

Os resultados alcançados em 2025 permitem consolidar bases sólidas para uma nova fase de crescimento. Para 2026, prevê-se a conclusão dos investimentos estratégicos em curso, o início da operação das novas unidades industriais e o reforço da capacidade de produção e abastecimento do mercado.

Estas iniciativas deverão contribuir para o aumento do volume de negócios, melhoria da rentabilidade e geração sustentável de valor para o Accionista.

Neste contexto, o Conselho de Administração considera que o exercício de 2025 representou um período de consolidação estratégica e preparação para o crescimento futuro, reforçando o posicionamento da SMM como instrumento relevante das políticas públicas de saúde, da industrialização nacional e da promoção da segurança sanitária de Moçambique.

2. PRINCIPAIS DESTAQUES DO ANO

O exercício de 2025 ficou marcado pela consolidação da estratégia de crescimento da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. (SMM) e da sua subsidiária INFARMA, através da implementação de projectos estruturantes orientados para o aumento da capacidade produtiva nacional, fortalecimento da conformidade regulatória e criação de valor sustentável para os accionistas.

Entre os principais marcos alcançados durante o período, destacam-se:

- Registo de um resultado líquido positivo de 10,1 milhões de Meticais, evidenciando a capacidade da empresa de manter o equilíbrio financeiro enquanto prossegue um ciclo intensivo de investimentos.
- Continuação da implementação da planta de produção de desinfectantes á base etanol, projecto estratégico que permitirá reforçar a integração industrial, reduzir a dependência de fornecedores externos e aumentar a capacidade de resposta às necessidades do mercado.
- Prosseguimento da requalificação da fábrica de dispositivos médicos, criando as condições técnicas e operacionais necessárias para a expansão da capacidade produtiva e diversificação do portfólio de produtos.
- Início das acções preparatórias para a certificação em Boas Práticas de Fabrico (BPF) da Autoridade Nacional Reguladora de Medicamentos (ANARME) da unidade de dispositivos médicos, etapa fundamental para o reforço da conformidade regulatória, garantia da qualidade e aumento da competitividade da empresa.
- Lançamento do processo de implementação de um Sistema Integrado de Gestão, alinhado com os referenciais internacionais ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001, com vista ao fortalecimento da governação corporativa, melhoria da eficiência operacional e gestão integrada dos riscos empresariais.
- Reforço das actividades de qualidade, regulamentação, segurança, saúde ocupacional e gestão ambiental, assegurando a conformidade com os requisitos legais e as melhores práticas aplicáveis ao sector farmacêutico.
- Consolidação das iniciativas de transformação digital e modernização tecnológica, contribuindo para a melhoria da eficiência dos processos internos, segurança da informação e suporte à tomada de decisão.
- Fortalecimento das competências técnicas dos colaboradores através de acções de capacitação e desenvolvimento, alinhadas com os desafios decorrentes da expansão das actividades industriais do Grupo.

Os resultados alcançados em 2025 permitiram consolidar as bases para a entrada em operação de novos projectos industriais em 2026, reforçando as perspectivas de crescimento do volume de negócios, aumento da capacidade produtiva e geração de valor sustentável para os accionistas.

3. PRINCIPAIS INDICADORES

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024 Reexpresso	2025	2024
Balanco				
Activo Total (Líquido)	2,307,384,204	2,290,091,374	1,396,337,371	1,368,841,907
Caixa e Bancos	10,112,075	46,948,151	5,576,239	1,770,069
Activos Correntes	382,951,674	319,430,468	170,062,978	144,769,228
Activos Fixos (Líquidos)	1,924,432,530	1,970,660,905	1,226,274,393	1,224,072,679
Passivos de Médio e Longo Prazo	284,498,268	284,498,268	-	-
Passivos Correntes	667,372,719	568,927,120	311,468,294	287,601,883
Capital Próprio	1,355,513,217	1,436,665,986	1,084,869,077	1,081,240,024
Rendibilidade				
Volume de Vendas	219,793,817	340,682,583	64,280,235	123,254,023
Custos das Vendas	(116,594,282)	(240,483,012)	(10,543,697)	(59,253,558)
Custos Operacionais	(168,866,326)	(103,410,537)	(38,191,793)	(36,772,872)
Margem Bruta	103,199,535	100,199,571	53,736,538	64,000,465
Margem Bruta em %	47	29	84	52
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITA)	23,374,521	10,950,751	17,160,555	6,021,317
Margem EBITA %	11	3	27	5
Gastos de Depreciações e Amortizações	(89,211,007)	(41,660,264)	(1,580,709)	(2,816,643)
Resultados Financeiros	(8,790,438)	3,218,144	(5,429,892)	4,114,090
Resultado Líquido do Período	(74,626,924)	639,898,431	10,149,954	674,708,564
Financeiros				
Liquidez Geral	0.57	0.56	0.55	0.50
Liquidez Imediata	0.02	0.08	0.02	0.01
Solvabilidade	0.70	0.59	0.29	0.27
Autonomia Financeira	0.59	0.63	0.78	0.79
Pessoal				
Número de Trabalhadores	56	92	20	12
Custos com o Pessoal	(35,499,467)	(33,551,879)	(17,279,327)	(16,769,135)
Custo por Trabalhador	(633,919)	(364,694)	(863,966)	(1,397,428)
VAB - Valor Agregado Bruto	58,873,988	44,502,630	34,439,882	22,790,452
VAB Per Capita (Produtividade do Trabalho)	1,051,321	483,724	1,721,994	1,899,204

4. A IDENTIDADE DA SOCIEDADE MOÇAMBICANA DE MEDICAMENTOS

QUEM SOMOS:

A SMM é uma *holding* industrial do sector farmacêutico que se empenha na produção local de medicamentos e dispositivos médicos, a sua promoção, gestão e o desenvolvimento da produção de medicamentos, material de higiene e saúde e dispositivos médicos, com vista a contribuir para a melhoria da saúde pública e do fortalecimento da economia nacional.

A NOSSA VISÃO:

Queremos ser a principal referência nacional da indústria farmacêutica através da pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção de medicamentos de padrão internacional.

A NOSSA MISSÃO:

Produzir e disponibilizar soluções terapêuticas, com um espírito focado para a melhoria contínua dos produtos, da saúde da população e da relação com os clientes e demais interessados, contribuindo para a melhoria da balança comercial de Moçambique.

OS NOSSOS VALORES:

Os 10 princípios ou valores que norteiam a intervenção da SMM são os seguintes. Estes valores orientam a nossa maneira de ser na SMM e orientam a nossa conduta profissional e pessoal, tanto individualmente, como colectivamente.

1	• Melhoria Contínua Permanente busca da excelência, corrigindo desvios e principalmente prevenindo erros. Somos uma empresa com actuação assente nas Boas Práticas de Fabrico (BPF).
2	• Satisfação do cliente Sempre muito atentos às expectativas e aspirações dos clientes, atendendo-as e procurando superá-las.
3	• Alto sentido de ética Encaramos o nosso trabalho com humildade, honestidade, transparência, responsabilidade, sigilo e profissionalismo. Para nós na SMM, os fins não justificam quaisquer meios.
4	• Aprumo e urbanidade Somos uma indústria farmacêutica de excelência. Teremos sempre uma postura de aprumo, asseio, rigor, delicadeza no tracto e respeito nas relações interpessoais.
5	• Valorização das pessoas A nossa cultura e clima organizacional são alicerçados na satisfação dos clientes internos.
6	• Responsabilidade ambiental e social Empenhamo-nos em desenvolver estratégias sociais e ambientais sustentáveis.
7	• Colaboração Seremos sempre uma empresa com alto sentido de coesão interna, buscando sempre a nossa realização no trabalho. Porfiamos para criar um ambiente colaborativo, proporcionando ferramentas, processos e espaços físicos que favoreçam a interacção. Ouvir o outro, respeitar, acolher e compartilhar ideias e decisões são a nossa forma de estar.
8	• Foco nos resultados A empresa tem metas e aspirações. Colocamos as nossas energias para atingir os resultados com o menor gasto de tempo e recursos.
9	• Integridade Defendemos inabalavelmente a rectidão, a imparcialidade, o uso correcto dos meios e recursos e a defesa do bem comum. Na SMM não toleramos os desvios de recursos para benefício alheio à organização.
10	• Inovação Seremos sempre uma empresa que aprende continuamente. Vivemos desafiando e buscando oportunidades de transformação. Valorizamos a

criatividade das pessoas.

4.1. O NOSSO POSICIONAMENTO:

A SMM pretende posicionar-se como uma empresa fiável que promove a produção de *medicamentos e produtos de saúde made in Mozambique* com padrões de qualidade internacionalmente reconhecidos.

4.2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA SMM.

Ao longo do exercício económico de 2025 não se verificaram alterações na estrutura accionista da SMM. Assim, até 31 de Dezembro de 2025 os 100% do capital da empresa continuaram a ser detidos pelo Estado através do IGEPE - Instituto de Gestão das Participações do Estado. Não se prevê alterações na estrutura societária para o exercício em planificação de 2025.

Contudo, ao nível dos Órgãos de Governação, ocorreram alterações relevantes no decurso de 2025, nomeadamente:

1. Conselho de Administração

- Substituição do Administrador-Delegado, medida enquadrada no reforço da capacidade executiva e na reorganização interna de funções operacionais.
- Criação e nomeação de uma Direcção-Geral, que passa a assegurar a gestão técnica e operacional diária da empresa, com reporte directo ao Conselho de Administração.

É importante sublinhar que, apesar desta reorganização interna, não houve alteração dos Estatutos da SMM, que continuam a prever o modelo baseado na figura de Administrador-Delegado como responsável executivo formal. A Direcção-Geral, portanto, opera como estrutura executiva delegada pelo Conselho de Administração.

2. Conselho Fiscal

Durante o exercício de 2025 ocorreram alterações na composição do Conselho Fiscal, nomeadamente:

- Substituição do Presidente do Conselho Fiscal
- Substituição de uma Vogal do Conselho Fiscal

Estas substituições foram formalizadas pelo Accionista e enquadram-se no reforço das práticas de boa governação, controlo interno e supervisão financeira, assegurando maior rigor e independência na fiscalização da actividade da SMM.

4.2.1 ÓRGÃOS SOCIAIS.

Em 31 de Dezembro de 2025, os Órgãos Sociais da SMM são compostos por:



5. CONTEXTO ECONÓMICO E SECTORIAL

O exercício de 2025 decorreu num contexto macroeconómico desafiante em Moçambique, marcado por pressões cambiais, escassez de divisas e limitações no financiamento do sector público. Estas condições tiveram impacto directo na capacidade de importação de medicamentos, dispositivos médicos e matérias-primas essenciais ao sector da saúde, gerando atrasos logísticos e maior imprevisibilidade no abastecimento. Paralelamente, a redução do financiamento internacional proveniente de parceiros tradicionais do sector da saúde contribuiu para aumentar a pressão sobre o sistema nacional de abastecimento de medicamentos e consumíveis clínicos.

Neste enquadramento, o sector farmacêutico moçambicano continuou fortemente dependente de importações, situação que expõe o país a riscos associados à volatilidade cambial, aos custos logísticos internacionais e às interrupções nas cadeias globais de fornecimento. As dificuldades na reposição de stocks afectaram tanto o sector público como o privado, reforçando a necessidade de soluções mais sustentáveis e resilientes para garantir o fornecimento regular de produtos essenciais.

Perante este cenário, a produção nacional assume crescente relevância estratégica para o país. O reforço da capacidade industrial local permite reduzir a dependência externa, melhorar a previsibilidade do abastecimento e mitigar os efeitos das restrições cambiais sobre o sistema de saúde. Neste contexto, a Sociedade Moçambicana de Medicamentos (SMM), em articulação com a sua subsidiária INFARMA, posiciona-se como um actor industrial relevante no desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional, contribuindo para o fortalecimento da segurança sanitária, para a estabilidade do fornecimento de medicamentos e para a sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde.

6. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS SMM

Ao longo de 2025, a Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. (SMM) desenvolveu diversas actividades orientadas para a implementação do Plano Anual de Actividades e Orçamento (PAAO) aprovado para o exercício. As acções realizadas tiveram como foco o reforço da capacidade produtiva da empresa, a consolidação do sistema de gestão institucional, a melhoria das infraestruturas operacionais e o fortalecimento das competências organizacionais.

As iniciativas implementadas procuraram igualmente dar resposta aos pressupostos definidos no PAAO 2025, nomeadamente o aumento da capacidade de produção, a diversificação do portefólio de dispositivos médicos, a expansão gradual da presença no mercado nacional e o apoio aos programas do sector público de saúde.

Neste contexto, as actividades desenvolvidas abrangeram diferentes áreas da organização, incluindo infraestruturas produtivas, sistemas de gestão da qualidade, tecnologias de informação, segurança e ambiente, bem como o desenvolvimento dos recursos humanos.

6.1. INFRAESTRUTURA E CAPACIDADE PRODUTIVA

Durante o período em referência, foram realizadas intervenções destinadas à melhoria das infraestruturas industriais e ao reforço da capacidade produtiva da empresa.

Destaca-se o início do processo de modernização da planta de produção de desinfectantes à base de etanol, com o objectivo de aumentar gradualmente a capacidade de produção e assegurar a conformidade com os requisitos técnicos e sanitários aplicáveis ao sector.

Paralelamente, foi concluída a área de esterilização destinada ao processamento de dispositivos médicos, incluindo a qualificação dos respectivos equipamentos. Esta infraestrutura constitui um elemento estratégico para o fortalecimento da produção local de dispositivos médicos e para o reforço das condições de qualidade e segurança dos produtos.

No domínio da manutenção industrial, o Departamento de Engenharia e Manutenção assegurou o suporte técnico às operações produtivas, garantindo a fiabilidade dos equipamentos e a continuidade das actividades operacionais.

6.1.1. MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO ÀS OPERAÇÕES

As actividades desenvolvidas abrangeram a execução de manutenções preventivas e correctivas, gestão de utilidades e apoio técnico às áreas produtivas, bem como a validação e qualificação de equipamentos.

Tipo de Manutenção	Quantidade	Percentual
Preventiva	256	73,6%
Correctiva	92	26,4%

Tabela 1: Tipos de Manutenção

No total, foram realizadas 348 intervenções de manutenção, das quais 256 correspondem a manutenções preventivas (73,6%) e 92 a manutenções correctivas (26,4%), evidenciando uma estratégia orientada para a prevenção de falhas e para o aumento da confiabilidade dos equipamentos.

Os principais equipamentos atendidos incluíram as linhas automáticas de produção de máscaras cirúrgicas e KN95, seladoras, compressores de ar, sistemas de ar condicionado, codificadoras e infraestruturas elétricas e mecânicas associadas às operações produtivas.

Ao longo do ano, os indicadores de manutenção registaram níveis adequados de desempenho operacional, com um tempo médio de reparo (MTTR) de aproximadamente 1,4 horas, contribuindo para a manutenção da disponibilidade dos equipamentos e para a continuidade das operações produtivas.

Paralelamente, foram implementadas diversas melhorias operacionais, incluindo a revisão do plano de manutenção preventiva, a padronização de procedimentos técnicos, a actualização das ordens de serviço e a substituição de componentes críticos por modelos de maior durabilidade, reforçando a eficiência e a confiabilidade das operações industriais.

6.2. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E CONFORMIDADE REGULAMENTAR

No domínio da qualidade e conformidade regulatória, foram desenvolvidas diversas actividades orientadas para o fortalecimento do Sistema de Gestão da Qualidade da empresa.

Durante o exercício de 2025 foram asseguradas actividades de registo e manutenção pós-registo de medicamentos e dispositivos médicos, garantindo a conformidade com os requisitos da autoridade reguladora nacional. No total, 27 produtos foram mantidos em conformidade regulamentar ao longo do período.

Foi igualmente realizado um processo abrangente de revisão e actualização dos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), no âmbito da reestruturação da empresa e da adaptação às exigências operacionais da nova unidade de dispositivos médicos. Este processo permitiu alinhar os procedimentos internos com os requisitos das Boas Práticas de Fabrico e da norma ISO 13485 aplicável ao fabrico de dispositivos médicos.

Paralelamente, foram conduzidas actividades de gestão documental, controlo de desvios, gestão de mudanças e actualização da base de dados de equipamentos, reforçando os mecanismos internos de rastreabilidade e controlo de processos.

Em complemento, foram iniciadas acções preparatórias para a certificação em Boas Práticas de Fabrico (BPF) junto da Autoridade Nacional Reguladora de Medicamentos (ANARME), bem como para a implementação de um Sistema Integrado de Gestão alinhado com as normas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001.

6.3. SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE DO TRABALHADOR

Ao longo de 2025, a SMM desenvolveu diversas iniciativas orientadas para o fortalecimento das práticas de segurança no trabalho, saúde ocupacional e gestão ambiental. Estas acções tiveram como objectivo prevenir riscos ocupacionais, proteger a saúde dos colaboradores e assegurar a conformidade com a legislação ambiental e laboral aplicável.

As actividades realizadas incluíram a identificação e avaliação de riscos ocupacionais, realização de inspecções de segurança, monitoria das condições ambientais das instalações, implementação de medidas de prevenção de acidentes e promoção de acções de sensibilização para boas práticas de segurança no trabalho.

6.3.1. Segurança no Trabalho

No domínio da segurança ocupacional, foram realizadas actividades de identificação de perigos e avaliação de riscos nas diferentes áreas da empresa, incluindo áreas produtivas, administrativas, de manutenção e áreas externas.

O processo de avaliação de riscos foi conduzido pela área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Trabalhador, com a participação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e dos responsáveis de cada sector, tendo sido identificados riscos físicos, químicos, biológicos e ergonómicos associados às actividades desenvolvidas.

Com base nesta avaliação, foram adoptadas medidas de controlo e prevenção, incluindo o reforço do uso adequado de Equipamentos de Protecção Individual (EPIs), implementação de sinalização de segurança nas áreas críticas e realização de acções de sensibilização sobre boas práticas de segurança no trabalho.

Durante o período em análise, foram igualmente realizadas inspecções regulares de segurança nas instalações da empresa, com o objectivo de identificar não conformidades e implementar acções correctivas e preventivas destinadas à melhoria contínua das condições de trabalho.

Adicionalmente, foram efectuadas revisões periódicas dos equipamentos de combate a incêndios, assegurando a sua operacionalidade e conformidade com os requisitos legais aplicáveis.

6.3.2. Gestão ambiental

A gestão ambiental da SMM em 2025 foi orientada pelo cumprimento do Manual de Boas Práticas Ambientais (MBPA) aprovado pelo Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas, bem como pela observância da legislação ambiental moçambicana em vigor.

As actividades desenvolvidas tiveram como objectivo assegurar a gestão responsável dos resíduos, o controlo de pragas e vectores, e a preservação das condições ambientais nas instalações da empresa.

A geração de resíduos industriais manteve-se em níveis reduzidos, tendo sido emitidos dois memorandos para encaminhamento de resíduos específicos da produção para incineração por empresa licenciada.

Os resíduos comuns continuaram a ser recolhidos duas vezes por semana por empresa contratada, garantindo a correcta segregação, armazenamento temporário e destinação final adequada.

O programa de controlo integrado de pragas e vectores foi mantido com periodicidade mensal através de empresa especializada e devidamente licenciada. As actividades incluíram monitoria de armadilhas, fumigação das áreas externas da unidade fabril e dos escritórios, assegurando a protecção das instalações, dos colaboradores e da qualidade dos produtos fabricados.

No âmbito da gestão de efluentes, a empresa assegurou o cumprimento dos requisitos estabelecidos no MBPA, garantindo o correcto encaminhamento e descarte dos efluentes gerados nas suas operações.

Relativamente a resíduos químicos líquidos, como o álcool, manteve-se a prática de diluição prévia antes do descarte, em conformidade com as orientações técnicas e ambientais aplicáveis.

6.3.3. Iniciativas de Sensibilização e Responsabilidade Ambiental

No âmbito das iniciativas de sensibilização ambiental, foi apresentado e aprovado o Programa ECO-Máscaras, uma iniciativa orientada para a promoção de boas práticas na gestão de resíduos associados ao uso de máscaras descartáveis.

O programa foi igualmente apresentado durante a Feira Internacional de Maputo (FACIM), contribuindo para a divulgação das iniciativas ambientais da empresa e para o reforço da sua imagem institucional como entidade comprometida com a sustentabilidade e a protecção do meio ambiente.

6.3.4. Saúde Ocupacional

No âmbito da promoção da saúde e bem-estar dos colaboradores, a SMM desenvolveu, ao longo de 2025, diversas iniciativas de monitoria e prevenção de riscos associados ao ambiente de trabalho.

Durante o período em referência, 21 trabalhadores foram submetidos a exames médicos de rotina, com o objectivo de avaliar o estado de saúde dos colaboradores e assegurar o acompanhamento preventivo de possíveis riscos ocupacionais.

Os exames realizados incluíram hemograma completo, velocidade de sedimentação, análise de urina, exame oftalmológico, audiometria, ácido úrico, glicémia, espirometria e imunização contra o tétano, permitindo uma avaliação abrangente das condições de saúde dos colaboradores.

De acordo com os relatórios clínicos emitidos, não foi identificado qualquer diagnóstico de doença ocupacional ou outra condição clínica relevante associada às actividades profissionais, evidenciando condições adequadas de saúde entre os trabalhadores avaliados.

Paralelamente, foram promovidas acções de sensibilização e orientação em saúde e segurança no trabalho, com o objectivo de reforçar a adopção de comportamentos seguros e contribuir para a melhoria contínua das condições de trabalho.

De forma geral, as iniciativas desenvolvidas no domínio da saúde ocupacional contribuíram para a prevenção de riscos profissionais, promoção da saúde dos colaboradores e fortalecimento da cultura de segurança na organização.

Tabela – Indicadores de Saúde Ocupacional (2025)

Indicador	Resultado
Colaboradores submetidos a exames médicos	21
Tipos de exames realizados	9
Doenças ocupacionais identificadas	0
Colaboradores imunizados contra tétano	21

6.4. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

O DTI desenvolveu diversas iniciativas destinadas a reforçar a infraestrutura tecnológica e a apoiar a modernização dos processos internos da empresa.

Entre as principais actividades realizadas destaca-se a consolidação da infraestrutura tecnológica, permitindo melhorar a gestão centralizada dos sistemas informáticos e aumentar a fiabilidade dos serviços de suporte às operações da empresa. Foram igualmente implementadas melhorias na rede informática, com vista a otimizar a conectividade interna e garantir maior estabilidade no acesso aos sistemas institucionais.

No âmbito da segurança da informação, foi reforçada a utilização da VPN corporativa, permitindo o acesso remoto seguro aos sistemas da empresa, bem como a implementação de mecanismos adicionais de cibersegurança para proteger a infraestrutura digital e os dados institucionais contra riscos de acesso não autorizado.

Paralelamente, registaram-se avanços no processo de digitalização de documentos e organização de arquivos digitais, contribuindo para a melhoria da gestão da informação, maior rastreabilidade documental e redução do uso de documentos em formato físico.

6.5. RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

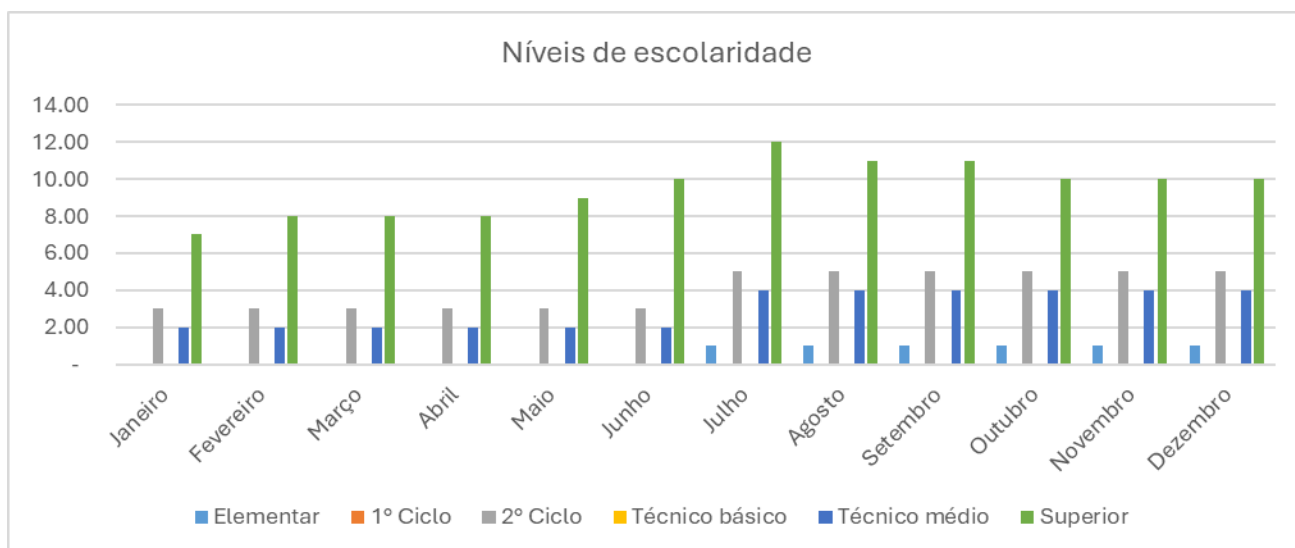
Em 2025, a SMM manteve o seu compromisso com o desenvolvimento e valorização do capital humano, assegurando a disponibilidade de competências necessárias para suportar as operações industriais, os processos de modernização em curso e o fortalecimento dos sistemas de gestão da empresa.

Durante o período em análise, a SMM procedeu ao reforço das equipas das áreas de Produção e Engenharia e Manutenção, através da admissão de 10 novos colaboradores, assegurando a disponibilidade de competências técnicas necessárias para suportar as operações industriais e os projectos de modernização e desenvolvimento em curso. Apesar do registo de 2 saídas durante o exercício, a SMM manteve uma taxa de retenção de cerca de 98%, evidenciando a estabilidade da força de trabalho e a capacidade da empresa em preservar competências essenciais para a continuidade e desenvolvimento das suas actividades.

No âmbito do desenvolvimento profissional, foram promovidas acções de capacitação interna que abrangeram a maioria dos colaboradores, incidindo sobre procedimentos operacionais, requisitos de qualidade, segurança e saúde no trabalho e boas práticas organizacionais. Estas iniciativas contribuíram para a actualização de conhecimentos, reforço das competências técnicas e preparação das equipas para responder aos requisitos operacionais e regulamentares da empresa.

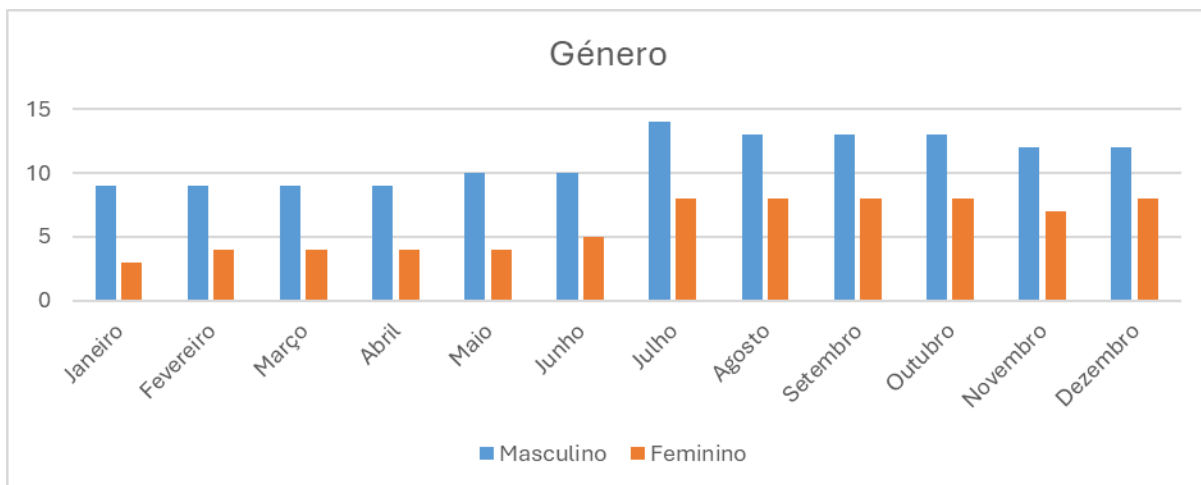
A composição do quadro de pessoal continuou caracterizada pela predominância de colaboradores com formação superior e técnica especializada, assegurando o suporte necessário às actividades produtivas, de manutenção, qualidade e gestão, conforme ilustrado na Figura 6.5.1.

Figura 6.5.1 – Distribuição dos Colaboradores por Nível de Escolaridade



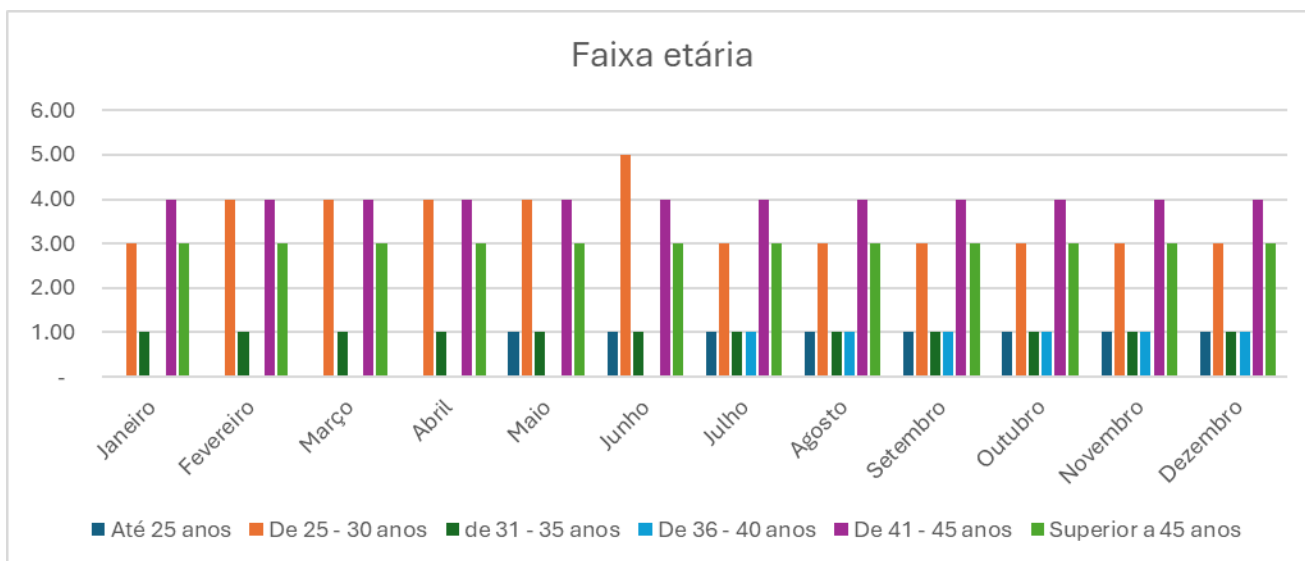
A SMM manteve igualmente o acompanhamento dos indicadores de diversidade e inclusão, registando uma participação crescente de mulheres no quadro de pessoal, em linha com os objectivos de promoção da igualdade de oportunidades e valorização do capital humano.

Figura 6.5.2 – Distribuição dos Colaboradores por Género



Relativamente à estrutura etária, predominam colaboradores com idades entre os 25 e os 35 anos, reflectindo uma força de trabalho jovem e dinâmica. Os colaboradores com mais de 45 anos mantiveram-se estáveis ao longo do período, contribuindo com experiência e conhecimento para o desenvolvimento das actividades da empresa. A distribuição por faixa etária é apresentada na Figura 6.5.3.

Figura 6.5.3 – Distribuição dos Colaboradores por Faixa Etária



No domínio da saúde e segurança ocupacional, foram realizadas acções de monitoria das condições de trabalho, disponibilização de equipamentos de protecção individual e acompanhamento médico dos colaboradores, contribuindo para a promoção do bem-estar e para a prevenção de riscos laborais.

7. SOBRE A EMPRESA SUBSIDIÁRIA – INFARMA, LDA

7.1. CONSTITUIÇÃO DA INFARMA

A INFARMA – Indústria Farmacêutica, Lda é uma empresa vocacionada para a produção medicamentos. Actualmente explora uma fábrica de medicamentos – sólidos orais, nomeadamente comprimidos, comprimidos revestidos e cápsulas. Um ponto destacável na INFARMA é o desenvolvimento de um novo projecto, envolvendo a construção de duas novas plantas para a produção de vacinas e injetáveis em que no último trimestre de 2025 foram concluídas as actividades de finalização da instalação de equipamentos. Devendo-se seguir nos primeiros meses de 2026 as actividades de qualificação dos equipamentos e processos e posteriores actividades de validação com vista ao início de produção comercial ainda no decurso de 2026. A SMM detém actualmente uma quota de 49% nesta sociedade de um capital social de 2,4 mil milhões de Meticais integralmente realizado.

7.2. PORTFÓLIO DE PRODUTOS

A INFARMA possui uma diversidade de produtos, entre sólidos e orais e Injetáveis de Grande Volume (Licença a ser obtida em 2026 com a conclusão do projecto de IGV), conforme ilustra a tabela abaixo.

ITEM	PRODUTO	CLASSE TERAPÊUTICA	STATUS (REGISTO)
1	Hidróxido de alumínio BP 500mg	Antiácido	Autorizada a adição de local de fabrico
2	Metformina BP 500mg e 1000mg	Antidiabético	Autorizada a adição de local de fabrico na dosagem 1000mg
3	Salbutamol BP 2mg	Broncodilatador	Não registado
4	Paracetamol BP 500mg	Analgésico e Antipirético	Autorizada a adição de local de fabrico
5	Paracetamol USP 500mg	Analgésico e Antipirético	Autorizado
6	Carbamazepina BP 200mg	Anticonvulsionante	Não registado
7	Ciprofloxacina BP 500mg	Antibiótico	Não registado
8	Clorfeniramina BP 4mg	Antialérgico	Não registado
9	Loratadina BP 10mg	Anti-Histamínico	Processo de trespassse não iniciado
10	Lisinopril BP 5mg e 10mg	Antihipertensivo	Não registado
11	Metoclopramida BP 10mg	Antiemético, Procinético	Não registado
12	Metronidazol BP 250mg	Antibiótico	Autorizada a adição de local de fabrico
13	Multivitaminas BP	Vitamina	Não registado
14	Piridoxina (Vit B6) BP 50mg	Vitamina	Não registado
15	Ibuprofeno USP 200mg e 400mg	Analgésico, antipirético e anti – inflamatório	Processo de trespassse não iniciado

16	Co-Trimoxazol BP 480mg	Antibiótico	Autorizada a adição de local de fabrico
17	Glibenclamida BP 5mg	Antidiabético	Autorizado
18	Ácido Fólico USP 5mg	Antianémico	Autorizado
19	Propranolol USP 40mg	Antihipertensivo	Autorizado
20	Captopril BP 50mg	Antihipertensivo	Autorizado
21	Hidroclorotiazida USP 25mg	Diurético	Autorizado
22	Ketoconazol BP 200mg	Antibiótico	Não registado
23	Diclofenac BP 50mg	Anti-inflamatório	Processo de trespassse não iniciado
24	Omeprazol BP 20mg	Antiácido	Processo de registo (adição de local de fabrico) não iniciado

7.3. INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

A fábrica detém uma instalação moderna de acordo com as Boas Práticas de Fabrico de Medicamentos para usoq Humanos.

A INFARMA dispõe de infraestrutura e equipamentos de produção e controlo da qualidade que permitem a execução do ciclo produtivo de medicamentos (sólidos orais a partir da granulação Húmida) estabelecido de acordo com os requisitos das Boas Práticas de Fabrico de modo a assegurar que os produtos são consistentemente produzidos e controlados, com padrões de qualidade apropriados para o uso pretendido.

A área produtiva da INFARMA é dotada de equipamentos, áreas específicas e utilidades que permitem a execução das diferentes etapas de produção de medicamentos (pesagem, mistura, granulação, compactação e encapsulamento, compressão e embalagem em blisters ou frascos). De forma complementar, o Controlo da Qualidade foi estruturado para atender e realizar todas as análises microbiológicas e físico-químicas a partir de testes por via húmida e instrumentação analítica da mais elevada tecnologia (insumos, IFAs – Ingredientes Farmacêuticos Activos e material de embalagem) para as necessidades de Moçambique.

7.4. GESTÃO DA QUALIDADE

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) é a estrutura organizacional responsável pela Gestão e Garantia da Qualidade, pelos recursos necessários, pelos procedimentos operacionais (POP's) e pelas responsabilidades estabelecidas para os diversos sectores e processos internos da INFARMA.

Considerando o actual estágio de implementação do SGQ na INFARMA, várias actividades foram desenvolvidas ao longo deste período, sendo de destacar o estabelecimento e observância dos requisitos das Boas Práticas de Fabrico (BPF's), no que diz respeito à:

- a) Capacitação dos Gestores e técnicos da INFARMA nas modalidades teoria e prática (*in job*);
- b) Elaboração, implementação de POPs e treinamento em BPF, etc, entre outras acções em concordância com as normas de BPF.

Foi também desenvolvida a documentação, os fluxos e controlos necessários para suportar a produção de:

- 10 lotes de Paracetamol USP Comp. 500mg;
- 83 lotes de Cotrimoxazol BP Comp. 480mg;
- 22 lotes de Metronidazol BP Comp. 250mg.

7.5. ÁREA REGULAMENTAR

Registo e pós-registo de medicamentos

As actividades de Trespasse de registo dos produtos da SMM acordados a sua transferência para o Portfolio da INFARMA, encontram-se concluídas conforme a tabela 1. O registo de novos produtos encontra-se em processo, sendo que os mesmos serão realizados aquando da realização de transferência de tecnologias no âmbito de parcerias com outras indústrias farmacêuticas.

7.6. OPERAÇÕES INDUSTRIAIS (PLANTA DE SÓLIDOS ORAIS E INJECTÁVEIS DE GRANDE VOLUME E VACINAS)

Em 2025, a INFARMA manteve o foco na produção e no reforço do Sistema de Gestão da Qualidade. A produção de Sólidos Oraís foi temporariamente suspensa para manutenção desde 15 de dezembro de 2025, sendo que as actividades críticas relacionadas com o controle de qualidade, garantia de qualidade e outras afins continuam.

Relativamente à planta de Injetáveis de Grande Volume (IGV) e à unidade de vacinas, ambas se encontram em fase avançada de preparação para receber a inspeção de licença de fabrico, com as equipas concentradas na finalização da montagem do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), consolidação de evidências documentais e conclusão das qualificações necessárias para demonstrar prontidão operacional, conformidade e robustez do sistema antes da inspecção. Este projecto possui a conclusão prevista para Julho de 2026.

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

8.1. PROVEITOS E RESULTADOS

Os proveitos operacionais do exercício económico de 2025 registaram um decréscimo, tanto a nível individual como consolidado essencialmente associados a disponibilidade de tesouraria para fazer face a reposição dos insumos, dificuldades para efectuar pagamentos no exterior (disponibilidade de divisas) bem como algumas obras de investimento relacionadas a melhoria das linhas existentes e expansão de portfolio através das novas linhas de produção

A tabela abaixo apresenta os proveitos operacionais da SMM e consolidados em 2025.

Proveitos operacionais	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Amoxicilina 500 mg (Capsula)	60,314,100	30,157,050	-	-
Venda IGV	-	70,529,299	-	17,220,068
Paracetamol 500 mg frasco c/ 1000	-	16,509,501	-	-
Dexametasona 4mg/ml	137,517	56,922,975	30,000	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	3,416	-	3,416	-
Metformina 1000 mg Comprimidos	-	9,443,952	93,220	-
Mascaras	3,034,188	-	3,034,188	81,450
Luvas	-	3,042,500	-	13,995,500
Alcool	61,053,811	46,068,480	61,053,811	91,957,005
Co-Trimoxazole 480 mg Comprimidos	34,209,026	22,712,944	-	-
Fenoximetilpenicelina 500mg	29,063,125	58,126,250	-	-
Metronidazol 250 MG	3,628,308	16,274,967	-	-
Glicose Injectavel 500ml	10,714,710	-	-	-
Cloreto de Sodio Injectavel 500ml	2,320,107	-	-	-
Cloreto de Sodio 0.9%l 1000ml	2,869,064	-	65,600	-
Paracetamol 500mg	6,982,909	-	-	-
Sulphamethoxazole BP	2,347,608	-	-	-
Lactato de Ringer Injectavel 1000ml	3,115,930	-	-	-
Omeprazol	-	3,587,547	-	-
Ciprofloxacina	-	7,307,118	-	-
Total	219,793,817	340,682,583	64,280,235	123,254,023

O resultado operacional de 2025 representa um crescimento de 386% em relação ao exercício anterior essencialmente devido a melhoria de gestão de stock (liquidação do insumo essencial para a fabricação do etanol pelo fornecedor sul africano) embora o volume de vendas tenha reduzido. Os resultados financeiros foram fortemente impactados pelo juro de papel comercial e representam um decréscimo em cerca de 231% quando comparados com igual período em 2024.

Os resultados consolidados foram impactados negativamente pela redução do volume de negócios, tanto da SMM (individual), como e sobretudo da INFARMA em decorrência da incapacidade de manuretenção das importações de matérias-primas e dos atrasos acentuados e prolongados (com saldos devedores avultados desde 2024) de recebimentos dos fornecimentos ao cliente Estado. Este facto traduziu-se em constantes rupturas de stocks de matérias-primas e insumos, impedindo as empresas de cumprir os contratos de venda que tem, sobretudo com a Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM). A tabela abaixo ilustra os resultados da SMM no final de 2025

RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS E ACTIVIDADES 2025

Resultados	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Proveitos Operacionais Líquidos	219,793,817	340,682,583	64,280,235	123,254,023
Custo das Vendas	(116,594,282)	(240,483,012)	(10,543,697)	(59,253,558)
Resultados Brutos	103,199,535	100,199,571	53,736,538	64,000,465
Custos da Estrutura	(168,866,326)	(103,410,537)	(38,191,793)	(36,772,872)
Perdas Operacionais	(1,673,900)	(30,931,654)	(1,405,584)	(26,911,737)
Outros Ganhos Operacionais	1,504,204	3,433,107	1,440,685	2,888,818
Resultados Operacionais	(65,836,486)	(30,709,513)	15,579,846	3,204,674
Resultados Extraordinários	-	667,389,800	-	667,389,800
Resultados Financeiros	(8,790,438)	3,218,144	(5,429,892)	4,114,090
Resultados Antes dos Impostos	(74,626,924)	639,898,431	10,149,954	674,708,564
Imposto	-	-	-	-
Resultado Líquido	(74,626,924)	639,898,431	10,149,954	674,708,564

8.2. ESTRUTURA DO BALANÇO

A 31 de Dezembro de 2025, a SMM apresenta, a nível individual, uma melhoria ligeira da estrutura de capital comparado com o ano anterior, embora alguns indicadores de liquidez demandem especial atenção da empresa. A empresa possui um grau de autonomia de cerca 78% e a empresa tem conseguido assegurar a continuidade das suas operações e cumprir as obrigações prioritárias, embora os indicadores de liquidez revelem uma situação de tesouraria que exige acompanhamento permanente.

Em termos de contas consolidadas a SMM possui um capital próprio de cerca de 1,3 mil milhões de meticais que representa uma redução relativamente ao exercício económico anterior em 6% por incorporação de resultados negativos do exercício. A tabela abaixo apresenta a estrutura do balanço da empresa a 31 de Dezembro de 2025 e de 2024.

Balanço Patrimonial	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024 Reexpresso	2025	2024
Activos Correntes	382,951,674	319,430,468	170,062,978	144,769,228
Activos Não Correntes	1,924,432,530	1,970,660,905	1,226,274,393	1,224,072,679
Total dos Activos	2,307,384,204	2,290,091,374	1,396,337,371	1,368,841,907
Passivos Correntes	667,372,719	568,927,120	311,468,294	287,601,883
Passivos Não Correntes	284,498,268	284,498,268	-	-
Total do Passivo	951,870,987	853,425,388	311,468,294	287,601,883
Capital próprio	1,355,513,217	1,436,665,986	1,084,869,077	1,081,240,024
Total do Passivo e Capital Próprio	2,307,384,204	2,290,091,374	1,396,337,371	1,368,841,907

8.3. CUSTOS COM PESSOAL

Em 2025, o número de trabalhadores da SMM aumentou de 12 para 20 colaboradores, representando um crescimento de 67% face ao exercício anterior. Como consequência, os custos com remunerações registaram um acréscimo de 46%, refletindo essencialmente o reforço da estrutura de recursos humanos necessário para apoiar os projetos de expansão industrial desenvolvidos ao longo do período.

A rubrica de indemnizações registou igualmente um aumento significativo em 2025, em resultado da cessação de contratos de trabalho na INFARMA. Esta decisão esteve associada ao ajustamento temporário da capacidade operacional da unidade de produção de sólidos, na sequência de um contexto de menor atividade produtiva e da necessidade de adequação da estrutura de recursos humanos ao nível de operações previsto para o período. Face à incerteza

quanto ao momento de retoma da atividade em níveis regulares, a Administração deliberou proceder à rescisão de determinados contratos de trabalho, reconhecendo os correspondentes encargos indemnizatórios em conformidade com a legislação laboral aplicável.

Não obstante o impacto deste evento de natureza não recorrente, os custos com pessoal mantiveram-se globalmente controlados e alinhados com as necessidades operacionais da empresa e com a sua estratégia de desenvolvimento. A tabela seguinte apresenta o resumo dos custos com pessoal incorridos durante o exercício de 2025.

Custos com o Pessoal	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Remunerações aos trabalhadores	31,126,613	26,112,172	15,390,945	10,496,170
Encargos Sobre Remunerações	1,120,034	945,261	525,158	357,695
Indemnizações	1,396,643	15,658	-	-
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	341,582	112,186	211,574	23,504
Ajudas de Custos	46,945	100,000	46,700	100,000
Outros Custos Com Pessoal	1,467,650	6,266,602	1,104,950	5,791,766
Total	35,499,467	33,551,879	17,279,327	16,769,135

8.4. LIQUIDEZ

Durante o exercício fiscal de 2025, a situação financeira da empresa foi desafiadora e sob o ponto de vista de disponibilidade devido às dificuldades de cobrança relativamente às vendas para o seu principal cliente, o Estado. Entretanto, a empresa conseguiu manter em 31 de Dezembro, disponibilidades equivalentes a 5.5 milhões de meticais a nível individual e, 10.1 milhões de meticais a nível consolidado. A tabela que se segue apresenta as disponibilidades da SMM no geral a 31 de Dezembro de 2025.

Caixa e Bancos	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	379,833	103,337	289,669	20,456
Depósitos à Ordem	9,506,275	44,740,761	5,060,603	1,523,645
Depósitos à Prazo	225,968	2,104,053	225,968	225,968
Total	10,112,075	46,948,151	5,576,239	1,770,069

8.5. CRÉDITO REMUNERÁVEL.

Em 2025, a SMM aumentou, a nível individual, o seu financiamento de curto prazo em 19.0 milhões de Meticais, recorrendo ao papel comercial como instrumento financeiro para suprir o défice de tesouraria. Este aumento reflete o impacto dos atrasos de liquidação de dívidas de clientes, com destaque para a Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM), sendo este o maior cliente com mais de 90% de saldo pendente.

A nível do grupo, a associada INFARMA manteve a dívida à PHARMATECH FZCO, uma vez que decorre ainda o período de carência da dívida. Vale ressaltar que esta dívida foi contraída para a implementação do projeto de produção de vacinas e de injetáveis de grande volume que decorre actualmente.

RELATÓRIO DE GESTÃO DE CONTAS E ACTIVIDADES 2025

Passivo remunerável	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Curto prazo	73,810,216	54,810,216	73,810,215	54,810,216
BNI - CCC	21,805,781	21,805,781	21,805,781	21,805,781
Juros BNI - CCC	10,504,435	10,504,435	10,504,435	10,504,435
Papel Comercial	41,500,000	22,500,000	41,500,000	22,500,000
Médio e Longo Prazo	284,498,268	284,498,268	-	-
BNI - Investimento	-	-	-	-
Juros MLP - BNI	-	-	-	-
PHARMATECH FZCO	284,498,268	284,498,268	-	-
Total	358,308,484	339,308,484	73,810,215	54,810,216

8.6. PERSPECTIVAS PARA 2026.

O ano de 2026 será marcado pela conclusão de investimentos estratégicos que deverão transformar a capacidade produtiva e o potencial de crescimento da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. (SMM) e da sua subsidiária INFARMA. A entrada em operação de novas unidades industriais permitirá expandir o portfólio de produtos, aumentar a capacidade de fornecimento ao mercado e reforçar a sustentabilidade financeira do Grupo.

As principais perspectivas para o exercício de 2026 incluem:

- Conclusão da unidade de produção de desinfetantes a base de etanol e da requalificação da Fábrica de Dispositivos Médicos da SMM;
- Conclusão dos projectos de produção de injectáveis de grande volume e vacinas ao nível do Grupo;
- Início da produção comercial das novas linhas industriais, permitindo a geração de receitas adicionais e o aumento da capacidade produtiva instalada;
- Reforço do volume de negócios junto do sector público, através da celebração de novos contratos com o Ministério da Saúde (MISAU), por intermédio da Central de Medicamentos e Artigos Médicos (CMAM);
- Expansão da presença no mercado privado, com o fornecimento de medicamentos e dispositivos médicos a hospitais, clínicas, farmácias e distribuidores privados;
- Diversificação das fontes de receita, reduzindo a dependência de produtos e mercados específicos;
- Melhoria da eficiência operacional e aproveitamento dos investimentos realizados, contribuindo para o crescimento da rentabilidade;
- Consolidação da SMM e da INFARMA como actores estratégicos na execução das políticas públicas de saúde, promovendo o acesso a medicamentos e impulsionando o desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional;
- Criação de valor para os *stakeholders*, sustentada pelo crescimento esperado das receitas, valorização dos activos industriais e aumento da relevância estratégica do Grupo no sector da saúde.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.

No exercício económico de 2025, a Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. registou um resultado líquido de 10,149,954 Meticais.

Nos termos do disposto no artigo 444 do Código Comercial, que estabelece a constituição de uma reserva legal correspondente a, pelo menos, 5% dos resultados líquidos do exercício, propõe-se a afectação de 507,498 Meticais à reserva legal.

Após a constituição da reserva legal, o montante remanescente de 9,642,456 Meticais propõe-se que seja integralmente transferido para Resultados Transitados.

Deste modo, a retenção integral dos resultados remanescentes visa reforçar a capacidade financeira da SMM para a conclusão dos investimentos estratégicos em curso, contribuindo para o aumento da capacidade produtiva, a diversificação do portfólio de produtos e a criação de bases sólidas para o crescimento sustentável das receitas e da rentabilidade nos exercícios futuros, promovendo, assim, a valorização da empresa e a geração de valor para os accionistas.

10. AGRADECIMENTOS.

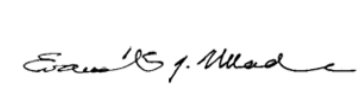
Ao encerrar o exercício de 2025, o Conselho de Administração da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. expressa o seu reconhecimento a todas as entidades e indivíduos que contribuíram para a concretização dos objectivos da empresa e para o fortalecimento do seu posicionamento estratégico.

Em particular, agradece:

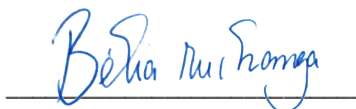
- Aos nossos clientes, pela confiança depositada nos produtos e serviços da SMM;
- Aos fornecedores e parceiros institucionais, pelo apoio prestado na execução das actividades e projectos estratégicos;
- À Autoridade Nacional Reguladora de Medicamentos- ANARME, pela colaboração e acompanhamento técnico assegurados ao longo do exercício;
- À Mesa da Assembleia-Geral e ao Conselho Fiscal, pela orientação, supervisão e contributo para o reforço das boas práticas de governação corporativa;
- Aos accionistas, pelo apoio contínuo, confiança e alinhamento estratégico que têm permitido à empresa prosseguir o seu processo de expansão e consolidação;
- Aos colaboradores da SMM e da INFARMA, pelo profissionalismo, dedicação e compromisso demonstrados na implementação dos objectivos definidos.

Beluluane, 10 de Junho de 2026

O Conselho de Administração



Evaristo Madime
Presidente do Conselho de administração



Bélia Muchanga
Directora Geral Interina



Nelson Matsinhe
Administrador Não Executivo

11. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras

Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. (SMM)

31 de Dezembro de 2025

ÍNDICE**PÁGINAS**

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2 – 4
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO E INDIVIDUAL	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZA	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	9
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 – 32

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

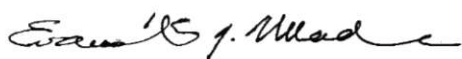
O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e adequada apresentação das demonstrações financeiras da **SMM – Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.**.

O Conselho de Administração considera que, na preparação das demonstrações financeiras, utilizou as políticas contabilísticas mais adequadas, aplicadas de forma consistente e suportadas por julgamentos e estimativas razoáveis e prudentes, e que foram seguidas todas as normas consideradas aplicáveis. O Conselho de Administração está confiante de que as informações contidas nas demonstrações financeiras apresentam de forma adequada os resultados das operações do exercício e a posição financeira da Entidade no encerramento do exercício.

O pressuposto de continuidade das operações foi tomado em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras. Com base nas previsões feitas recursos financeiros disponíveis e apoio continuado dos accionistas, o Conselho de Administração não têm conhecimento de qualquer razão que possa colocar em causa a continuidade da Entidade num futuro previsível.

O Conselho de Administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, concebido para assegurar uma razoável, mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da Entidade. Os controlos internos são monitorizados pelo Conselho de Administração e pelos empregados da Entidade com a necessária segregação de autoridade e funções. Os procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais que possam culminar em distorções resultantes de erros e/ou fraudes e implementar as adequadas acções correctivas.

As demonstrações financeiras anuais apresentadas nas páginas 5 à 32 foram aprovadas em 24 de Junho de 2026, e assinadas em seu nome por:



Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos accionistas da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais da **Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.** (a Empresa ou Entidade), constantes das páginas 5 à 32, que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada e individual em 31 de Dezembro de 2025, a demonstração dos resultados consolidada e individual, a demonstração das alterações no capital próprio consolidada e individual e a demonstração dos fluxos de caixa consolidada e individual do ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada e individual da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro consolidado e individual e fluxos de caixa consolidado e individual relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas emitidas pela Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* deste relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a Declaração de responsabilidade dos Administradores e não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e individuais consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho que efectuamos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com o Plano Geral de Contabilidade com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração executiva tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte de uma auditoria de acordo com a ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondem a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido ao erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do

nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Entidade descontinue as operações.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluído qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quanto aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

Forvis Mazars SCAC, Lda.

Sociedade de Auditores Certificados: 17/SCA/OCAM/2016

Representada por:

Arrone Santos Macuácuá

Auditor Certificado: 100/CA/OCAM/2021

Maputo, 26 de Junho de 2026

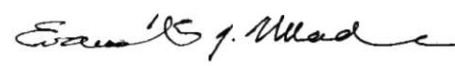
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO E INDIVIDUAL

DOS ANOS FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

Activos	Notas	Grupo (Consolidado)		SMM Individual	
		2025	2024 Reexpresso	2025	2024
Activos não correntes		1 924 432 528	1 970 660 905	1 226 274 392	1 224 072 679
Activos tangíveis	6	1 764 669 333	1 821 860 001	50 213 460	47 240 122
Activos intangíveis	7	159 763 195	148 800 904	60 932	832 557
Investimentos em associadas	8	-	-	1 176 000 000	1 176 000 000
Activos correntes		383 955 606	319 430 469	171 066 911	144 769 228
Inventários	9	18 144 722	30 060 766	6 829 544	5 516 513
Clientes	10	318 555 781	200 625 123	87 220 208	61 443 407
Outros activos correntes	11	37 143 027	41 796 429	71 440 919	76 039 239
Caixa e bancos	12	10 112 076	46 948 151	5 576 240	1 770 069
Total dos activos		2 308 388 134	2 290 091 374	1 397 341 303	1 368 841 907
Capital próprio e passivos					
Capital próprio		1 232 550 141	1 436 665 986	1 084 869 079	1 081 240 024
Capital social	13	800 000 000	800 000 000	800 000 000	800 000 000
Reservas legais	13	38 310 269	4 574 844	38 310 269	4 574 844
Excedentes de revalorização de activos tangíveis		261 296 537	430 073 761	-	-
Resultados transitados		207 570 259	(437 881 050)	236 408 855	(398 043 384)
Resultado líquido do período		(74 626 924)	639 898 431	10 149 955	674 708 564
Passivos não correntes		284 498 268	-	-	-
Empréstimos obtidos	14	284 498 268	-	-	-
Passivos correntes		791 339 725	853 425 388	312 472 224	287 601 883
Fornecedores	15	322 173 306	258 289 564	109 142 217	104 836 465
Empréstimos obtidos	14	73 810 216	339 308 484	73 810 216	54 810 216
Impostos a pagar	16	128 406 202	5 921 245	5 163 099	5 578 004
Outras contas a pagar	17	266 950 001	249 906 095	124 356 692	122 377 198
Total dos passivos		1 075 837 993	853 425 388	312 472 224	287 601 883
Total do capital próprio e dos passivos		2 308 388 134	2 290 091 374	1 397 341 303	1 368 841 907

A Administração

O Técnico de Contas



Evaristo Madime



Nelson Matsinhe

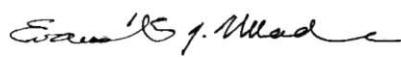
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS ANOS FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

Descrição	Notas	Grupo (Consolidado)		SMM Individual	
		2025	2024	2025	2024
Vendas de bens e de serviços	18	219 793 819	340 674 998	64 280 235	123 254 023
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	19	(116 594 281)	(240 483 012)	(10 543 696)	(59 253 558)
Custos com o pessoal	20	(35 499 467)	(33 551 879)	(17 279 327)	(16 769 135)
Fornecimentos e serviços de terceiros	21	(44 155 851)	(28 190 809)	(19 331 755)	(17 187 094)
Amortizações	6,7	(89 211 008)	(41 660 264)	(1 580 710)	(2 816 643)
Outros ganhos e perdas operacionais	22	(169 696)	(27 498 547)	35 100	(24 022 919)
Resultados operacionais		(65 836 484)	(30 709 513)	15 579 847	3 204 674
Rendimentos extraordinários	23	-	667 389 800	-	667 389 800
Resultados extraordinários		-	667 389 800	-	667 389 800
Rendimentos financeiros	24	142 397	10 830 772	8 790	10 813 606
Gastos financeiros	25	(8 932 837)	(7 612 628)	(5 438 682)	(6 699 516)
Resultados financeiros		(8 790 440)	3 218 144	(5 429 892)	4 114 090
Resultados antes dos impostos		(74 626 924)	639 898 431	10 149 955	674 708 564
Imposto sobre o rendimento	26	-	-	-	-
Resultados líquidos do período		(74 626 924)	639 898 431	10 149 955	674 708 564

A Administração

O Técnico de Contas



Evaristo Madime



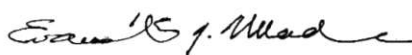
Nelson Matsinhe

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA E INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRECTO

DOS ANOS FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

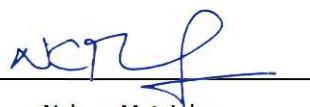
Descrição	Notas	Grupo (Consolidado)		SMM (Individual)	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais					
Resultado líquido do período		(74 626 924)	639 898 431	10 149 955	674 708 564
Amortizações	6.7	89 211 008	42 326 458	1 580 710	2 816 643
Ajustes das amortizações	6.7	2 844 404	7 660 385	1 963 060	9 519 612
Regularizações em activos tangíveis	6.7	-	9 519 612	-	-
Ajustamentos relativos aos resultados transitados		(6 525 846)	65 471 958	(6 520 900)	65 463 220
Excedentes de revalorização de activos tangíveis		-	430 073 761	-	-
Utilização de excedentes de revalorização de activos tangíveis		(122 963 075)	-	-	-
(Aumento)/redução de inventários	9	11 916 044	13 063 382	(1 313 031)	7 773 645
(Aumento)/redução de clientes	10	(117 930 658)	(67 388 763)	(25 776 801)	57 224 907
(Aumento)/redução de outros activos correntes	11	4 653 402	231 691 129	4 598 320	(12 050 969)
Aumento/(redução) de fornecedores	15	63 883 742	306 870 874	4 305 752	(4 555 242)
Aumento/(redução) de impostos a pagar	16	122 484 957	4 877 908	(414 905)	5 578 004
Aumento/(redução) de outras contas a pagar	17	17 043 906	99 016 812	1 979 494	(56 592 231)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		(10 009 040)	1 783 081 947	(9 448 346)	749 886 153
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	6.7	(45 827 035)	(1 763 748 881)	(5 745 483)	(12 183 847)
Aquisição de participações em associadas	8	-	(667 389 800)	-	(667 389 800)
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(45 827 035)	(2 431 138 681)	(5 745 483)	(679 573 647)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento					
Empréstimos obtidos	14	19 000 000	(73 903 324)	19 000 000	(73 903 323)
Realização de aumento de capital social		-	667 389 800	-	-
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		19 000 000	593 486 476	19 000 000	(73 903 323)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(36 836 075)	(54 570 258)	3 806 171	(3 590 817)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		46 948 151	101 518 409	1 770 069	5 360 886
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	12	10 112 076	46 948 151	5 576 240	1 770 069

A Administração



Evaristo Madime

O Técnico de Contas



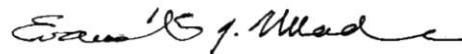
Nelson Matsinhe

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuível aos detentores do capital					
	Capital Social	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2024	800 000 000	1 243 667	-	(534 975 818)	34 953 987	301 221 836
Aplicação do resultado líquido	-	-	-	34 953 987	(34 953 987)	-
Excedentes de revalorização de activos tangíveis	-	-	430 073 761	-	-	430 073 761
Reserva legal	-	3 331 177	-	-	-	3 331 177
Ajustamentos relativos aos resultados transitados	-	-	-	62 140 781	-	62 140 781
Resultado líquido do período	-	-	-	-	639 898 431	639 898 431
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	800 000 000	4 574 844	430 073 761	(437 881 050)	639 898 431	1 436 665 986
Aplicação do resultado líquido	-	-	-	640 973 138	(640 973 138)	-
Reserva legal	-	33 735 425	-	-	(33 735 425)	-
Utilização da revalorização de activos tangíveis	-	-	(45 814 149)	45 814 149	-	-
Revalorização de activos tangíveis - imposto diferido	-	-	(122 963 075)	-	-	(122 963 075)
Ajustamentos relativos aos resultados transitados	-	-	-	(41 335 978)	34 810 132	(6 525 846)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(74 626 924)	(74 626 924)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	800 000 000	38 310 269	261 296 537	207 570 259	(74 626 924)	1 232 550 141

A Administração



Evaristo Madime

O Técnico de Contas



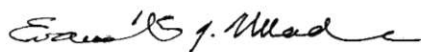
Nelson Matsinhe

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuível aos detentores do capital				
	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2024	800 000 000	1 243 667	(526 798 955)	66 623 528	341 068 240
Reserva legal	-	3 331 177	-	(3 331 177)	-
Aplicação do resultado líquido	-	-	63 292 351	(63 292 351)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	674 708 564	674 708 564
Ajustamentos relativos aos resultados transitados	-	-	66 116 791	-	66 116 791
Outros movimentos	-	-	(653 571)	-	(653 571)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	800 000 000	4 574 844	(398 043 384)	674 708 564	1 081 240 024
Reserva legal	-	33 735 425	-	(33 735 425)	-
Aplicação do resultado líquido	-	-	640 973 139	(640 973 139)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	10 149 955	10 149 955
Ajustamentos relativos aos resultados transitados	-	-	(6 520 900)	-	(6 520 900)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	800 000 000	38 310 269	236 408 855	10 149 955	1 084 869 079

A Administração



Evaristo Madime

O Técnico de Contas



Nelson Matsinhe

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Nota introdutória / Contexto operacional

Designação da entidade	Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.
Sede	Parque Industrial de Beluluane n. º1/967, Matola – Rio
Actividade	Gestão de participação financeiras, produção, embalagem e comercialização de dispositivos médicos.
Data da constituição	03 de Dezembro de 2008
Número de entidade legal (NUEL)	100 082 381
NUIT	400 220 379
Conselho da Administração	Evaristo José Madime (Presidente do Conselho de Administração) Bélia Muchanga (Directora Geral interina) Nelson Campos Matsinhe (Administrador Não Executivo)
Bancos	BCI – Banco Comercial e de Investimentos, Millennium BIM BNI – Banco Nacional de Investimentos Nedbank Moçambique, Banco Mais, Mozabanco, Standard Bank

A Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. (adiante, também, designada por “SMM” ou “Empresa”) foi constituída em 03 de Dezembro de 2008 e é detida em 100% pelo IGEPE (Instituto de Gestão de Participações de Estado). A Empresa desenvolve a sua actividade a partir da sua sede social situada Parque Industrial de Beluluane, Distrito de Boane, em Maputo, Moçambique e tem como objecto social principal: o desenvolvimento de projectos para promover a produção local de medicamentos e produtos de saúde, a gestão de participações financeiras e produção, embalagem e comercialização de dispositivos médicos.

A sociedade poderá prestar quaisquer outros serviços e desenvolver outras actividades relacionadas com o seu objecto social, incluindo, entre outros, a terciarização de produção de medicamentos, e a importação e exportação de bens.

A empresa assinou com o Ministério da saúde, a 18 de Setembro de 2025 um contracto de fornecimento de Etanol (Álcool etílico) com a duração de um ano.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada na sede social da empresa. É convicção do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras

reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da SMM, bem como a sua posição e desempenho financeiro, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique e mais concretamente com o Plano Geral de Contabilidade para empresas de grande e média dimensão.

2. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do Plano Geral de Contabilidade com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (abreviadamente designado por PGC-NIRF), aprovado pelo Decreto N.º 70/2009 de 22 de Dezembro, e no pressuposto da continuidade das operações.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas adoptadas pela SMM, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou em que os pressupostos e as estimativas são significativos para as demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 4.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que originassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo PGC-NIRF.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras e as notas explicativas estão mensurados em meticais, salvo indicação explícita em contrário. A moeda adoptada para efeitos de preparação e apresentação das presentes demonstrações financeiras teve em consideração a actual legislação e enquadramento normativo vigente em Moçambique.

Assim, a SMM adoptou o metical como moeda de registo e apresentação das suas transacções. A referida adopção do metical é reflectida em todas as facilidades obtida pela empresa no sistema financeiro, apesar de algumas transacções serem efectuadas em moeda estrangeira (ZAR e USD).

Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do metical são convertidas para a moeda de apresentação, mediante a utilização de taxas de câmbio em vigor na data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transacções bem como da conversão, ao câmbio da data do balanço, dos

activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Cotações utilizadas

A cotação utilizada para converter os saldos expressos em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2025 foi a seguinte:

Moeda	2025	2024
MZN/1USD	64.54	64.54
MZN/1ZAR	3.89	3.44
MZN/1EUR	75.77	67.45

3.2. Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos activos, são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Descrição	Anos de vida útil
Construções	25 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4 – 5
Mobiliário e equipamento administrativo social	4 – 10
Ferramentas e utensílios	4 – 6

A empresa efectua regularmente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, com reflexo nos resultados do exercício. A empresa procede à revisão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado, entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo, e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente

da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecida em resultados do período da anulação do seu reconhecimento.

3.3. Activos intangíveis

Reconhecimento inicial

Os activos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seus custos quando estão satisfeitas as condições previstas nos parágrafos 12, 13, 35 e seguintes da NCRF 14 – Activos intangíveis.

Reconhecimento subsequente

Após o reconhecimento inicial, a SMM valoriza os seus activos intangíveis, pelo modelo do custo conforme definido pela NCRF 14 – Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A empresa procede a testes de imparidades sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, utilizando-se as seguintes vidas úteis:

<u>Descrição</u>	<u>Anos de vida útil</u>
SOFTS E OUTROS ACTIVOS INTAGIVEIS	5 – 10

3.4. Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para a empresa e, possam ser mensurados com fiabilidade.

3.5. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados, se a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor, resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e, se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

3.6. Imparidade de itens não monetários

A empresa avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se pode encontrar em imparidade. Se tal indicação existir é estimada a respectiva quantia recuperável e, caso

esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, a empresa avalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação é estimada a quantia recuperável do activo e, reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

3.7. Locações

A determinação se um contracto é ou contém uma locação, baseia-se na substância do contracto, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes a propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2 (b) e registada como gasto na demonstração de resultados, dentro do período a que respeita. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido no passivo). Os encargos financeiros são suportados nos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto na base linear durante o período da locação.

3.8. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 25 – Instrumentos financeiros.

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido, bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis para a Empresa:

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, são activos financeiros não derivados, detidos com a intenção de os manter por tempo indeterminado, ou são designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber, os activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos na data da contratação, pelo respectivo justo valor, acrescidos do custo de transacção directamente atribuíveis, excepto para o caso dos activos e passivos ao justo valor através dos resultados, em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos nos resultados.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo, ou noutros métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrem transacções de forma regular.

À data do relato, a empresa avalia se existem evidências objectivas de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e

apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos, que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e, desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, existe incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, existe a probabilidade de entrar em falência ou em organização financeira e, sempre que esteja disponível a informação que indique um decréscimo do valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações de activos financeiros ao justo valor através de resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, a excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, quando, não obstante retenha parte substancial do activo e de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a empresa tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para a venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou quando seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios, é transferido para resultados.

Os activos detidos até a maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado, através do método de taxa de juro efectiva, ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento de um activo que se encontra em imparidade, assim como os decorrentes da aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados, é o seu preço de compra corrente. Para a ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados ou, outros modelos de avaliação.

Os activos financeiros que não seja possível mensurar com fiabilidade ao justo valor, são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de relato é efectuada uma avaliação da existência de evidências objectivas de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidencia objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, no período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida, ajustando-se a conta de redução do activo. A redução não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidencia objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado, que não está registado pelo justo valor, porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado ao capital próprio, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, corresponde a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

3.9. Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio, quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 25 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento, e são inicialmente mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de

transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão do activo financeiro ou passivo financeiro, no caso de passivos que não sejam mensurados pelo justo valor por via de resultados.

A empresa classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contractos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve deixar de reconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contracto é liquidada, cancelada ou expira.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Uma provisão para contractos onerosos é reconhecida quando os benefícios que a empresa prevê obter de um contracto são inferiores ao custo que a empresa irá, inevitavelmente, incorrer para cumprir as suas obrigações ao abrigo desse contracto. A provisão é medida tomando-se como base o valor actual do custo mais baixo previsto para terminar o contracto e o custo líquido previsto para continuar o contracto. Antes de uma provisão ser constituída, a empresa reconhece todas as perdas por imparidade nos activos associados a esse contracto.

3.12. Reconhecimento de gastos e rendimentos

A empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual estes rendimentos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registados nas rubricas de "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

3.13. Reconhecimento do rédito

Os proveitos líquidos de descontos que incluem o imposto sobre valor acrescentado representam o valor facturado de bens e serviços fornecidos pela empresa. A empresa mensura o proveito pelo justo valor de retribuição recebida ou a receber, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. O proveito é reconhecido apenas quando é provável que os benefícios económicos inerentes à transacção fluam para a empresa e a quantia do proveito, custos associados incorridos ou a serem incorridos refentes a ela

possam ser mensurados com fiabilidade. Se necessário o proveito é reconhecido separadamente em componentes identificáveis.

3.14. Caixa e bancos

A rubrica caixa e bancos inclui os valores em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades até 3 meses.

3.15. Imposto sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante, é a que se encontra em vigor a data de relato, 32%.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável, resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos, correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou de um passivo no balanço, e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais, dão também origem a impostos diferidos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os activos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas em outras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

3.16. Compensação

Quando existe um direito legal de compensação entre activos e passivos financeiros reconhecidos e não há intenção de pagar o passivo e realizar o activo simultaneamente, ou quitá-lo pelo valor líquido, todos efeitos financeiros relacionados são compensados.

3.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data ("eventos ajustáveis") são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data ("eventos não ajustáveis") são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materiais.

4. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação de demonstrações financeiras exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados nas demonstrações financeiras. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas utilizadas são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

A empresa reavalia periodicamente as evidências de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a empresa efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos. A empresa considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada, permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade, sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Ajustamentos ao valor realizável líquido

Os inventários são revistos para efeitos de ajustamento ao valor realizável líquido, sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis

A empresa reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente, são baseadas na experiência, no estado e na condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a empresa é parte interessada, são constituídas atendendo à expectativa de parte da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações, nestes casos, os valores registados resultam do

melhor entendimento sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal da empresa durante um período de 10 anos, podendo daí resultar, eventuais correcções, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido com todas as obrigações fiscais a que a empresa se encontra sujeita, pelo que não se espera que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

5. Alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Alterações de políticas contabilísticas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, o Grupo procedeu à revisão dos procedimentos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de forma a assegurar uma apresentação mais apropriada e em conformidade com os normativos contabilísticos aplicáveis.

No âmbito desta revisão, foi adoptado o método da equivalência patrimonial para o reconhecimento dos investimentos em entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa, reflectindo adequadamente a participação do Grupo nos resultados e no património líquido dessas entidades.

Adicionalmente, foram eliminados os saldos e transacções Intra grupo existentes entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação. Verificou-se que, nos exercícios anteriores, determinadas eliminações Intra grupo não haviam sido efectuadas integralmente, originando uma sobreavaliação de algumas rubricas das demonstrações financeiras consolidadas.

Consequentemente, a Administração concluiu que o tratamento anteriormente adoptado configurava um erro de períodos anteriores, tendo procedido à reexpressão das informações comparativas apresentadas, de modo a reflectir os efeitos da eliminação dos saldos Intra grupo e a assegurar a comparabilidade entre os períodos apresentados.

A correcção efectuada não teve impacto nos fluxos de caixa do Grupo, mas alterou a apresentação e mensuração de determinadas rubricas das demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente investimentos financeiros, contas a receber, contas a pagar e resultados acumulados, conforme aplicável.

A Administração considera que as demonstrações financeiras reexpressas apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo.

Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2025, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas.

6. Activos tangíveis

A rubrica de activos tangíveis pode ser analisada como segue:

Descrição	31-Dez-2024	Transferências	Adições	31-Dez-2025
Activos tangíveis				
Equipamento básico	7 069 150	-	177 479	7 246 629
Mobiliário e equipamento administrativo social	2 589 871	-	276 860	2 866 731
Equipamento de transporte	8 648 000	-	700 000	9 348 000
Ferramentas e utensílios	161 298	-	4 257	165 555
Investimentos em curso	47 570 891	1 979 696	644 133	50 194 720
	66 039 210	1 979 696	1 802 729	69 821 634

Depreciações	31-Dez-2024	Amortizações do período	Regularizações	31-Dez-2025
Equipamento básico	640 200	717 268	-	1 357 468
Mobiliário e equipamento administrativo social	584 999	488 604	-	1 073 603
Equipamento de transporte	8 523 000	171 667	-	8 694 667
Ferramentas e utensílios	63 849	40 679	-	104 528
Investimentos em curso	8 987 040	-	(609 132)	8 377 908
	18 799 088	1 418 218	(609 132)	19 608 174
Quantia registada	47 240 122			50 213 460

7. Activos intangíveis

A rubrica de activos intangíveis pode ser analisada como segue:

Descrição	31-Dez-2024	Transferências	Adições	31-Dez-2025
Activos Intangíveis				
Despesas de desenvolvimento	3 241 080	-	-	3 241 080
Investimentos em curso	609 133	(1 979 696)	1 370 563	-
	3 850 213	(1 979 696)	1 370 563	3 241 080

Descrição	31-Dez-2024	Amortizações do período	Regularizações	31-Dez-2025
Activos intangíveis				
Despesas de Desenvolvimento	3 017 656	162 492	-	3 180 148
	3 017 656	162 492	-	3 180 148
Quantia registada	832 557			60 932

8. Investimentos em associadas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	% de participação	31-12-2025	31-12-2024
Indústria Farmacêutica, Lda	49%	1 176 000 000	1 176 000 000
		1 176 000 000	1 176 000 000

Em relação aos investimentos Financeiros na Associada a percentagem de participação se mantém em 49% não tendo nenhuma alteração durante o ano.

9. Inventários

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados e intermédios	5 700 161	4 624 498	3 706 142	1 748 552
Matérias primas, auxiliares e materiais	12 444 561	24 183 085	3 123 402	3 767 961
Produtos em vias de fabrico	-	1 253 183	-	-
Total	18 144 722	30 060 766	6 829 544	5 516 513

10. Clientes

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
	2025	2024 reexpresso	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Clientes C/C - moeda nacional						
Partes relacionadas						
Indústria Farmacêutica, Lda (nota 27)	348 860	404 437	(388 577)	793 014	684 039	793 014
Outras entidades						
FNM - Fábrica Nacional de Medicamentos	17 679 769	-	-	-	-	-
Farmac	145 896	1 050	-	1 050	145 896	1 050
CMAM - Central de Medicamentos e Artigos Medicos	299 992 672	183 961 034	-	183 961 034	86 001 689	59 722 902
Hospital Privado de Maputo	53 280	65 280	-	65 280	53 280	65 280
ICOR - Instituto de Coração	-	369 036	-	369 036	-	369 036
Sunshine Hospitais	-	66 973	-	66 973	-	66 973
KL-Medical & Serviços, Lda	228 400	342 600	-	342 600	228 400	342 600
Engfar Consultoria e Serviços, Lda	109 981	130 981	-	130 981	109 981	130 981
Community Carbon SU, Lda	(23 980)	(23 980)	-	(23 980)	(23 980)	(23 980)
MOZ PARKS	4 800	4 800	-	4 800	4 800	4 800
Strides Pharma, S.A.	-	15 332 161	-	15 332 161	-	-
Outros	45 352	-	-	-	45 352	-
Subtotal	318 585 030	200 654 372	(388 577)	201 042 949	87 249 457	61 472 656
Clientes de cobrança duvidosa						
Clientes	3 784 981	3 784 981	-	3 784 981	3 784 981	3 784 981
Outros devedores	1 082 002	1 082 002	-	1 082 002	1 082 002	1 082 002
Subtotal	4 866 983	4 866 983	-	4 866 983	4 866 983	4 866 983
Ajustamentos de contas a receber de clientes	(4 896 232)	(4 896 232)	-	(4 896 232)	(4 896 232)	(4 896 232)
Total	318 555 781	200 625 123	(388 577)	201 013 700	87 220 208	61 443 407

A nota de clientes de 2024 foram reexpressas para refletir a eliminação de saldos e transações intragrupo que não haviam sido integralmente anulados no exercício anterior. Esta reexpressão visa assegurar a adequada aplicação dos procedimentos de consolidação e melhorar a comparabilidade da informação financeira apresentada.

11. Outros activos correntes

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
	2025	2024	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Adiantamentos aos trabalhadores	1 088 430	84 500	-	84 500	1 088 430	84 500
Adiantamentos - órgãos sociais	15 000	15 000	-	15 000	15 000	15 000
Devedores diversos (nota 11.1)	35 872 119	41 475 840	(71 398 186)	112 874 026	70 337 489	75 939 739
Acréscimos e diferimentos	167 478	221 089	-	221 089	-	-
Total	37 143 027	41 796 429	(71 398 186)	113 194 615	71 440 919	76 039 239

As notas de outros activos correntes de 2024 foram reexpressas para refletir a eliminação de saldos e transações intragrupo que não haviam sido integralmente anulados no exercício anterior. Esta reexpressão visa assegurar a adequada aplicação dos procedimentos de consolidação e melhorar a comparabilidade da informação financeira apresentada.

11.1. Devedores diversos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

		Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
		2025	2024	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Partes relacionadas							
Indústria Farmacêutica, Lda	(nota 27)	35 872 119	35 872 120	(34 465 369)	70 337 489	70 337 489	70 337 489
Outras entidades							
Autoridade Tributária de Moçambique		-	1 084 790	-	1 084 790	-	1 084 790
Fasaf Serviços & Logística, Lda		-	4 517 460	-	4 517 460	-	4 517 460
Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.		-	1 470	(36 932 817)	36 934 287	-	-
Total		35 872 119	41 475 840	(71 398 186)	112 874 026	70 337 489	75 939 739

12. Caixa e Bancos

Esta rubrica inclui:

		Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
		2025	2024	2025	2024
Caixa		379 833	103 337	289 669	20 456
Subtotal		379 833	103 337	289 669	20 456
Bancos					
Moeda nacional					
BCI-MZN-1563358810001		2 438 845	16 898	2 438 845	16 898
BCI-MZN-1563358810002		624	624	624	624
MZB-MZN-284177810001		34 473	17 236	34 473	17 236
STB-MZN-1176533761008 N		32	369 057	32	369 057
MBIM-MZN-398226711		60 000	40 000	60 000	40 000
Banco Mais 466202010001		306	306	306	306
NedBank-00010727409		981 332	1 031 835	981 332	1 031 835
BNI-MZN-00000056601		1 525 010	28 580	1 525 010	28 580
Transitória-Bancos		18 136	18 136	18 136	18 136
NedBank-00026522903 MZN		7	7	7	7
Access Bank		872	-	872	-
FCB MZN 210721910001		1 499 750	32 293 159	-	-
NEDBANK MZN 00027399804		2 016 083	5 171 146	-	-
FCB MZN LVP 210721910002		905 647	2 784 938	-	-
Millennium BIM 1116185112		5 968	2 949 649	-	-
		9 487 085	44 721 571	5 059 637	1 522 679
Moeda estrangeira					
BCI-USD-1563358810003		966	966	966	966
FCB-USD-210721911001		18 224	18 224	-	-
		19 190	19 190	966	966
Depósitos a prazo					
BCI		225 968	225 968	225 968	225 968
FCB-MZN-210721930002		-	1 878 085	-	-
		225 968	2 104 053	225 968	225 968
Subtotal		9 732 243	46 844 814	5 286 571	1 749 613
Total		10 112 076	46 948 151	5 576 240	1 770 069

13. Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a estrutura accionista apresenta-se como segue:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
IGEPE	800 000 000	800 000 000	800 000 000	800 000 000
Total	800 000 000	800 000 000	800 000 000	800 000 000

De acordo com a lei vigente a Empresa deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (art.º. 305 do Código comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou cobrir os prejuízos, depois de esgotados todas as reservas.

Conforme deliberação da Assembleia Geral realizada em 19 de Junho de 2025, o lucro líquido do exercício de 2024 foi destinado a reforço da reserva legal em cerca de 5% (correspondente a 33.735.425 Meticais) e os remanescentes 640.973.138 Meticais a ser transferidos para a rubrica de resultados transitados.

14. Empréstimos obtidos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Correntes				
Empréstimos de curto prazo	32 310 216	32 310 216	32 310 216	32 310 216
BNI CCC	21 805 781	21 805 781	21 805 781	21 805 781
Juros CCC	10 504 435	10 504 435	10 504 435	10 504 435
Outros empréstimos obtidos	41 500 000	306 998 268	41 500 000	22 500 000
Subscrição papel comercial	41 500 000	22 500 000	41 500 000	22 500 000
PHARMATECH FZCO	-	284 498 268	-	-
Subtotal	73 810 216	339 308 484	73 810 216	54 810 216
Não correntes				
Empréstimos de médio e longo prazo				
PHARMATECH FZCO	284 498 268	-	-	-
Subtotal	284 498 268	-	-	-
Total	358 308 484	-	-	-

No decorrer do processo de preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, a Administração identificou que o financiamento obtido junto da PHARMATECH FZCO, no montante de MZN 284,498,268, havia sido indevidamente classificado como passivo corrente em períodos anteriores.

Após a revisão dos termos contratuais do referido financiamento, concluiu-se que, à data do reconhecimento inicial e à data de relato de 31 de Dezembro de 2024, a obrigação não era exigível no prazo de doze meses após a data do balanço, pelo que deveria ter sido apresentada como passivo não corrente, em conformidade com os critérios de classificação previstos no PGC-NIRF.

Consequentemente, a apresentação comparativa foi ajustada para reflectir adequadamente a natureza de longo prazo da obrigação. Esta correcção afectou apenas a classificação entre passivos correntes e não correntes, não tendo qualquer impacto no total dos passivos, no capital próprio ou nos resultados dos exercícios apresentados.

15. Fornecedores

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
	2025	2024	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Fornecedores conta corrente - moeda nacional						
EMBALAGENS MPACT LDA	2 348	2 348	-	2 348	2 348	2 348
MATOLA GAS COMPANY	898 989	4 615 450	-	4 615 450	562 777	562 777
TOPACK	12 945	12 945	-	12 945	12 945	12 945
CONTROL PLUS	184 236	59 913	-	59 913	111 360	27 840
LABOTECH LABORATORY TECHNOLOGIES	1508	7 865	-	7 865	1 508	1 508
EXTIN MAPUTO	7 769	-	-	-	7 769	-
Aguas da Região de Metropolitana de Maputo, S.A.	13 318	18 374	-	18 374	152	152
Sociedade Moçambicana de Medicamentos	-	-	(388 577)	388 577	-	-
AQUAREL TRATAMENTO DE AGUAS LDA	11 174	11 174	-	11 174	11 174	11 174
Refleta Labs Mozambique	4 661	4 661	-	4 661	-	-
FV GUIAMBA	498	498	-	498	498	498
IDALAB	25 304	25 304	-	25 304	25 304	25 304
ET MOCAMBIQUE	106	106	-	106	106	106
MISAU - DEPARTAMENTO FARMACEUTICO	7 000	7 000	-	7 000	7 000	7 000
Electricidade de Moçambique	-	2 483 666	-	2 483 666	-	1 399 996
MHL AUTO S.A.	1 880 207	1 815 291	-	1 815 291	-	-
Farma Holdings S.A.	25 643 853	-	-	-	-	-
PREHS	6 318	6 318	-	6 318	6 318	6 318
RIMPEX LDA	139 967	139 967	-	139 967	139 967	139 967
FERRAGEM CASA NOVA	2 450	2 450	-	2 450	-	-
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE	-	2 000	-	2 000	-	2 000
Fabrica Nacional de Medicamentos	5 942 108	-	-	-	-	-
ELETRICA VOLT	1 052	1 052	-	1 052	1 052	1 052
MOORE	718 851	-	-	-	-	-
Mozambique Holdings Lda	5 901 436	-	-	-	-	-
Fidelidade Impar	229 089	-	-	-	-	-
Romeu Obadias Madime	71 104	-	-	-	-	-
Outros	14 487 277	7 658 001	-	7 658 001	12 194 046	7 657 548
Subtotal	56 193 568	16 874 383	(388 577)	17 262 960	13 084 324	9 858 533
Fornecedores C/C - moeda estrangeira						
HIGH HOPE INT L JIANGSU MEDICINES & HEALTH	59 373 066	59 337 269	-	59 337 269	59 373 066	59 337 269
Southern Borewells Private LTD	-	728 018	-	728 018	-	-
Farma Holdings SA	32 441 418	58 066 171	-	58 066 171	32 441 418	32 422 317
FREDVIC, S.L	19 157 687	15 380 252	-	15 380 252	-	-
NANJING UNITED OVERSEAS MEDICINE TECHNOLOGY CO. LTD	15 443 675	15 327 630	-	15 327 630	12 610 701	12 494 656
PHARMATECH FZCO	71 208 195	55 583 753	-	55 583 753	-	-
HONG KONG AFRICA PHARMACEUTICAL TECHNOLOGY MANAGEMENT, LIMITED	73 042 819	42 724 046	-	42 724 046	-	-
ChemiCorp	5 119 386	-	-	-	5 119 386	-
ISS Mocambique limitada	2 771	-	-	-	-	-
Subtotal	275 789 017	247 147 139	-	247 147 139	109 544 571	104 254 242
Adiantamentos a fornecedores - moeda nacional						
Z&K services Lda	-	50 953	-	50 953	-	50 953
GARP CF gama afonso Despachante	86 881	41 149	-	41 149	86 881	41 149
Brithol Michcoma	94 185	46 051	-	46 051	46 051	46 051
AGUAS DA REGIAO DE MAPUTO	1 418	-	-	-	1 418	-
VODACOM	-	1 987	-	1 987	-	1 987
BEARING MAPUTO	-	250	-	250	-	250
EXTIN MAPUTO	-	281	-	281	-	281
CLUBNET	2 499	2 499	-	2 499	2 499	2 499
Machrent	31 830	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores - moeda estrangeira						
ChemiCorp	4 191 405	4 980 045	-	4 980 045	4 191 405	4 980 045
Yiwu Shoufeng Trading CO., LTD	127 671	127 671	-	127 671	127 671	127 671
BioBridge Healthcare Solutions Pvt. Ltd	5 005 329	-	-	-	5 005 329	-
HONG KONG AFRICA PHARMACEUTICAL TECHNOLOGY MANAGEMENT LTD	-	-	-	-	4 025 424	4 025 424
Dhanush Engineers, LLP	83 686	-	-	-	-	-
Merck Life Science (Pty), Ltd	107 153	-	-	-	-	-
Metrohm South Africa (PTY) Ltd	77 222	-	-	-	-	-
OUTROS	-	481 072	-	481 072	-	-
Subtotal	9 809 279	5 731 958	-	5 731 958	13 486 678	9 276 310
Total	322 173 306	258 289 564	(388 577)	258 678 141	109 142 217	104 836 465

16. Impostos a pagar

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Devedor Estado				
Pagamentos por conta	-	33 333	-	33 333
Pagamento especial por conta	112 700	413 007	-	349 307
Activos por impostos diferidos	896 708	896 708	896 708	896 708
	1 009 408	1 343 048	896 708	1 279 348
Credor Estado				
Impostos retidos na fonte	6 254 114	7 114 426	5 927 921	6 795 115
Contribuições para o INSS	198 420	149 867	131 886	62 237
Passivos por impostos diferidos	122 963 076	-	-	-
	129 415 610	7 264 293	6 059 807	6 857 352
Total	(128 406 202)	(5 921 245)	(5 163 099)	(5 578 004)

17. Outras contas a pagar

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

		Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
		2025	2024	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Partes relacionadas							
Indústria Farmacêutica, Lda	(nota 27)	38 440 279	38 440 279	(36 932 817)	75 373 096	75 373 096	-
Pessoal		2 496 988	1 043 758	-	-	253 866	-
Outras operações com os trabalhadores		-	-	-	-	-	-
Consultores, assessores e intermediários		-	-	-	-	-	-
MHL - Loan		4 900 000	4 900 000	-	4 900 000	-	-
Partes relacionadas (INFARMA)		-	-	-	-	-	-
Strides Pharma Mozambique - Loan		-	97 785 120	-	97 785 120	-	-
Nanjing UOM		500 000	500 000	-	500 000	500 000	500 000
Strides Pharma Mozambique		-	59 857 920	-	59 857 920	-	-
Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.		-	-	(34 465 370)	34 465 370	-	-
FNM - Fábrica Nacional de Medicamentos		172 383 003	-	-	-	-	-
Credores diversos		-	-	-	1 043 758	-	74 498 181
Acréscimos e diferimentos	(nota 17.1)	48 229 731	47 379 018	-	47 379 017	48 229 730	47 379 017
Total		266 950 001	249 906 095	(71 398 187)	321 304 281	124 356 692	122 377 198

17.1. Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Acréscimo de gastos	(1 274 867)	(572 562)	(1 274 867)	(572 561)
Gastos diferidos	151 195	299 603	151 195	299 603
Acréscimos de rendimentos	(47 106 059)	(47 106 059)	(47 106 058)	(47 106 059)
Total	(48 229 731)	(47 379 018)	(48 229 730)	(47 379 017)

18. Venda de bens e serviços

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)				Individual (SMM)	
	2025	2024	Ajustes de reexpressão	2024 antes da reexpressão	2025	2024
Amoxicilina 500 mg (Capsula)	-	30 157 050	-	30 157 050	-	-
Venda IGV	-	70 529 299	-	70 529 299	-	17 220 068
Paracetamol 500 mg frasco c/ 1000	-	16 509 501	-	16 509 501	-	-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	3 416	-	-	-	3 416	-
Produtos COVID	137 517	56 915 390	(7 585)	56 922 975	188 820	56 922 975
Metformina 1000 mg Comprimidos	-	9 443 952	-	9 443 952	-	-
Luvras	-	3 042 500	-	3 042 500	-	3 042 500
Mascaras	3 034 188	-	-	-	3 034 188	-
Alcool	61 053 811	46 068 480	-	46 068 480	61 053 811	46 068 480
Co-Trimoxazole 480 mg Comprimidos	34 209 026	22 712 944	-	22 712 944	-	-
Fenoxymetilpenicilina	-	58 126 250	-	58 126 250	-	-
Metronidazol 250 MG	3 628 308	16 274 967	-	16 274 967	-	-
Omeprazol	-	3 587 547	-	3 587 547	-	-
Ciprofloxacina	-	7 307 118	-	7 307 118	-	-
Glicose Injectavel 500ml	10 714 710	-	-	-	-	-
Cloreto de Sodio Injectavel 500ml	2 320 107	-	-	-	-	-
Lactato de Ringer Injectavel 1000ml	3 115 930	-	-	-	-	-
Cloreto de Sodio 0.9%l 1000ml	2 869 064	-	-	-	-	-
Paracetamol 500mg	6 982 909	-	-	-	-	-
Fenoxymetilpenicilina 500mg	29 063 125	-	-	-	-	-
Amoxicilina 500mg	60 314 100	-	-	-	-	-
Sulphamethoxazole BP	2 347 608	-	-	-	-	-
Total	219 793 819	340 674 998	(7 585)	340 682 583	64 280 235	123 254 023

As vendas de 2024 Consolidadas foram reexpressas para refletir a eliminação de transações intragrupo que não haviam sido integralmente anulados no exercício anterior. Esta reexpressão visa assegurar a adequada aplicação dos procedimentos de consolidação e melhorar a comparabilidade da informação financeira apresentada

19. Custos dos inventários vendidos ou consumidos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Existências iniciais	30 060 765	43 124 148	5 516 513	13 290 158
Compras	104 678 238	227 419 629	11 856 727	51 479 912
Existências finais	(18 144 722)	(30 060 765)	(6 829 544)	(5 516 512)
Total	116 594 281	240 483 012	10 543 696	59 253 558

20. Custo com o pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Remunerações aos trabalhadores	31 131 113	26 112 172	15 395 445	10 496 170
Encargos sobre remunerações	1 115 534	945 261	520 658	357 695
Indemnizações	1 396 643	15 658	-	-
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	341 581	112 186	211 574	23 504
Ajudas de custos	409 646	100 000	46 700	100 000
Outros gastos com pessoal	1 104 950	6 266 602	1 104 950	5 791 766
Total	35 499 467	33 551 879	17 279 327	16 769 135

21. Fornecimento e serviços de terceiros

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Gás	1 156 433	1 931 657	-	-
Água	389 520	484 409	42 044	124 282
Electricidade	6 122 322	3 583 319	561 869	293 581
Combustíveis	1 428 457	1 614 621	884 053	1 099 338
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	57 100	67 670	25 423	65 315
Material de manutenção e reparação	1 050 478	875 581	298 438	259 367
Material de escritório	417 605	148 841	79 671	76 370
Material de limpeza	112 885	175 832	22 302	26 834
Livros e documentação técnica	950	-	950	-
Material Informático	254 427	113 453	59 023	53 920
Material de Laboratório	316 286	89 426	13 000	-
Manutenção e reparação	2 917 012	810 984	423 162	386 700
Transportes de carga	7 635 281	2 279 772	6 255 400	2 169 339
Transportes de pessoal	529	10 859	-	10 859
Comunicações	312 803	227 144	110 280	70 809
Honorários	9 400 264	1 966 330	3 137 281	1 614 294
Publicidade e propaganda	1 535 163	536 686	1 150 936	420 164
Deslocações e estadias - em serviço	216 525	2 197 809	70 140	2 138 568
Despesas de representação	765 508	925 749	556 364	899 596
Contencioso e notariado	1 187 284	34 094	315 275	25 675
Rendas e alugueres	1 931 168	1 982 858	1 878 875	1 982 858
Seguros	794 510	480 279	359 516	429 718
Limpeza higiene e conforto	308 216	1 149 109	68 634	1 149 109
Controlo de pragas	452 021	377 484	153 120	156 600
Vigilância e segurança	1 262 636	961 861	396 122	496 035
EPIs	252 653	153 116	51 815	36 673
Trabalhos especializados	39 386	352 888	-	195 151
Outros fornecimentos e serviços	3 838 429	4 658 978	2 418 062	3 005 939
Total	44 155 851	28 190 809	19 331 755	17 187 094

22. Outros ganhos e perdas operacionais

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Outros ganhos operacionais				
Alienação	-	917 428	-	917 428
Subsídios à exploração	1 399 996	-	1 399 996	-
Outros ganhos operacionais	104 208	2 515 679	40 689	1 971 390
	1 504 204	3 433 107	1 440 685	2 888 818
Outras perdas operacionais				
Impostos e taxas	1 546 803	1 464 846	1 297 184	1 017 653
Perdas de inventários	65 049	10 488 001	65 049	10 488 001
Perdas em inventários e activos biológicos	14 945	3 354 909	-	-
Outros	47 103	15 623 898	43 352	15 406 083
	1 673 900	30 931 654	1 405 585	26 911 737
Total	(169 696)	(27 498 547)	35 100	(24 022 919)

23. Resultados extraordinários

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Ganhos extraordinários	-	667 389 800	-	667 389 800
Total	-	667 389 800	-	667 389 800

Os resultados extraordinários registados no exercício de 2024 são, essencialmente, decorrentes da valorização da participação financeira da SMM na Indústria Farmacêutica de Moçambique, Lda. Naquele exercício, foi realizado um

aumento de capital social na Indústria Farmacêutica, nos termos do acordo de accionistas vigente, o qual estabelece a manutenção das proporções de participação entre os sócios.

24. Rendimentos e ganhos financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Juros recebidos	9 811	37 934	60	37 934
Diferenças cambiais favoráveis	115 723	203 229	73	192 894
Outros	16 863	10 589 609	8 657	10 582 778
Total	142 397	10 830 772	8 790	10 813 606

25. Gastos e perdas financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Grupo (Consolidado)		Individual (SMM)	
	2025	2024	2025	2024
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2 246 811	590 348	1 264 268	495 499
Serviços bancários	2 563 159	967 923	56 768	199 773
Juros suportados	3 718 858	6 054 357	3 713 637	6 004 244
Diferenças cambiais não realizadas	404 009	-	404 009	-
Total	8 932 837	7 612 628	5 438 682	6 699 516

26. Imposto sobre o rendimento

A reconciliação do imposto corrente é a seguinte:

Descrição	2025	2024
Resultado antes de impostos	10 149 955	674 708 564
<u>Correcções fiscais a acrescentar:</u>		
Diferenças de câmbio não realizadas	404 009	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática infracções	43 352	15 888
80% das despesas de representação escrituradas a qualquer titular	445 092	719 677
despesas com publicidade para além dos limites fiscais	508 133	-
Despesas confidenciais, ilícitas e/ou não documentadas	-	50 000
50% de encargos com viaturas ligeiras de passageiros	495 781	624 342
25% Encargos com estagiários pre-profissionais	361 949	-
<u>Correcções fiscais a deduzir:</u>		
Proveitos ou ganhos resultantes de operações de concentração de actividades empresariais	-	(667 389 800)
Lucro tributável	12 408 271	8 728 671
Prejuízos fiscais deduzidos	(12 408 271)	(8 728 671)
Matéria colectável	-	-

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de cinco (5) anos (Nº 5 do Artigo 75 do CIRPC), podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimentos pontuais da legislação fiscal, nomeadamente em sede do INSS, IRPC, IRPS e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) eventuais correcções. Embora a SMM apresente um lucro tributável, os prejuízos fiscais acumulados nos anteriores fecham espaço à canalização de imposto sobre o rendimento aos cofres do Estado. A tabela abaixo detalha a determinação da matéria colectável.

27. Partes relacionadas

A Sociedade Moçambicana de medicamentos, SA detêm quotas correspondentes a 49% do capital da Indústria Farmacêutica, Lda., o que torna as duas empresas partes relacionadas uma da outra. Durante o exercício económico em que se relata houve transacções entre as duas empresas, conforme detalha a tabela que se segue:

Saldos				
Associada	Período	Cientes	Outros activos correntes	Outros contas a pagar
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	684 039	70 337 489	75 373 096
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2024	793 014	70 337 489	75 373 096

Transacções		
Associada	Período	Vendas
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	76 482
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	37 350
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	12 000
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	4 500
Indústria Farmacêutica, Lda (Infarma)	2025	15 000

28. Gestão de riscos, objectivos e políticas

A actividade da SMM é exposta a uma diversidade de riscos financeiros, que envolve análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração da Empresa deve por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre risco e retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juros e de câmbio.

O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros que a gestão considere aceitáveis.

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da empresa podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais USD/MZN. A empresa procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

Risco de crédito

O risco de crédito é risco de a empresa incorrer uma perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes, gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez. A SMM tem um risco significativo de crédito porque as suas vendas são realizadas a crédito. A exposição máxima a este a risco a 31 de Dezembro de 2025 era a seguinte:

Descrição	31-Dez-2025	31-Dez-24
Clientes	87,249,454	61,443,407
Devedores diversos	70,337,489	75,939,739
Total	157,586,943	137,383,146

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a empresa não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados a instrumentos financeiros quando estes vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes, gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos elementos, intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e fluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

O objectivo da empresa é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e a flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, locações financeiras e, mais importante, a cobrança dos valores provenientes das suas vendas e prestações de serviço.

29. Contingências e compromissos

A 31 de Dezembro de 2025, a empresa apresentava uma retribuição contingente no valor total de 48.568.125 MZN (quarenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e vinte e cinco meticais), resultante de um acordo extrajudicial celebrado com o Banco Nacional de Investimentos (BNI) em Outubro de 2024. Nos termos desse acordo, a SMM comprometeu-se a liquidar a dívida de curto prazo existente na conta corrente caucionada, em troca de uma retribuição correspondente a 100% do valor do empréstimo de longo prazo.

Processos judiciais

Em 31 de Dezembro de 2025, não existem acções legais intentadas ou apresentadas pela Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.

30. Eventos subsequentes

Não houve factos ou circunstância de natureza relevante ocorridos entre o encerramento do exercício e a data da aprovação das demonstrações financeiras que pudessem ter substantivos sobre os resultados divulgados e a posição financeira da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A.

31. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da SMM foram aprovadas pelo Conselho de Administração da mesma em ____ de _____ de 2026.

12. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais relativas ao Exercício Económico findo em 31 de Dezembro de 2025

Ref.º: 02/CF/SMM/RGC/2025/001-PCF
Maputo, 29 de Junho de 2026

Exmos. Senhores,
Accionistas da Sociedade Moçambicana de Medicamentos,

I. Enquadramento legal

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, designadamente o Código Comercial e os Estatutos da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, S.A. (SMM), cumpre-nos na qualidade de Conselho Fiscal, submeter à apreciação dos accionistas o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2025.
2. O Conselho Fiscal recebeu do Conselho de Administração às Demonstrações Financeiras compostas pelas seguintes peças: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das Variações no Capital Próprio, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, no fecho do exercício de 2025.
3. O exercício económico de 2025 foi marcado por um contexto macroeconómico exigente, caracterizado pela escassez de divisas, instabilidade nas cadeias de fornecimento global de matérias-primas farmacêuticas e pela morosidade nos recebimentos junto de entidades do sector público, factores estruturalmente exógenos à gestão da Sociedade, mas com impacto direto no seu desempenho operacional e financeiro.
4. No âmbito das suas competências e no exercício das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou, de forma continuada e diligente, a evolução do negócio da Sociedade ao longo do exercício, tendo procedido à análise comparativa dos indicadores económico-financeiros e patrimoniais, à verificação e confrontação cruzada dos quadros de reporte, ao recálculo independente de variações e rácios relevantes, e à participação nas Sessões do Conselho de Administração, onde obteve esclarecimentos e clarificação sobre matérias de relevo.

II. Situação económico-financeira

5. O Conselho Fiscal regista com satisfação que a SMM, a nível individual, apresentou resultado líquido positivo de 10,14 milhões de Meticais, com melhoria dos indicadores de margem bruta (de 52% para 84%) e EBITDA (de 6,02 milhões para 17,16 milhões de Meticais), e manteve um grau de autonomia financeira robusto de 78%, o que denota solidez patrimonial e capacidade de gestão operacional eficaz por parte do Conselho de Administração.
6. O Conselho Fiscal regista igualmente com satisfação a conclusão da área de esterilização para dispositivos médicos, o lançamento do processo de implementação do Sistema Integrado de Gestão (ISO 9001, 14001 e 45001), o índice de manutenção preventiva de 73,6%, a taxa de retenção de pessoal de 98% na SMM individual, e a ausência de diagnósticos de doenças ocupacionais nos exames médicos realizados.
7. Contudo, o Conselho Fiscal nota com preocupação a contracção acentuada do volume de negócios, que a nível consolidado regrediu em 35,5% (de 340,67 para 219,79 milhões de Meticais) e a nível individual em

47,9% (de 123,25 para 64,28 milhões de Meticais), em parte explicada pelo efeito não recorrente de fornecimentos extraordinários verificados em 2024 (designadamente produtos relacionados a pandemia de COVID-19 e contratos pontuais de fornecimento de medicamentos genéricos), e em parte por constrangimentos estruturais de aprovisionamento e de cobrança junto do sector público.

8. O Conselho Fiscal regista com particular atenção a contracção que, a nível consolidado, o Relatório de Gestão e Contas do Exercício 2024 aprovado pelo Accionista declarou em 31 de Dezembro de 2024 (total do passivo e capital próprio), no montante de 3.537 milhões de Meticais, representando uma redução de 34,7% face ao valor declarado no exercício de 2025. Não foi verificada documentação de suporte do envio da actualização dos resultados do exercício 2024 ao Accionista, confirmando-se que este Conselho Fiscal não recebeu a devida reexpressão prévia ao Relatório de Gestão e Contas.
9. O Conselho Fiscal regista com preocupação, que o resultado líquido consolidado do Grupo foi negativo em 74,63 milhões de Meticais, fortemente influenciado pelo desempenho da subsidiária INFARMA, em contraste com o resultado positivo de 639,90 milhões de Meticais registado em 2024, o qual havia sido determinado por um rendimento extraordinário não recorrente de 667,39 milhões de Meticais decorrente da valorização da participação financeira na INFARMA. O Conselho Fiscal alerta para que esta variação não seja interpretada como deterioração equivalente da actividade operacional *core* da Sociedade.
10. O Conselho Fiscal nota igualmente com preocupação: (i) a redução da liquidez imediata residual (0,01 consolidado e 0,02 individual), indicativa de vulnerabilidade de tesouraria; (ii) a concentração superior a 90% do saldo de clientes na Central de Medicamentos e Artigos Médicos, factor de risco estrutural que condiciona directamente a capacidade de aprovisionamento; (iii) o incremento, a nível individual (SMM), do passivo remunerável de curto prazo, de 54,81 milhões de Meticais em 2024 para 73,81 milhões de Meticais em 2025, aumento de 34,6%, em parte justificado pela emissão de papel comercial no valor de 41,5 milhões de Meticais; (iv) uma redução na INFARMA do número de trabalhadores de 92 para 56 (contracção de 39,1%), concomitante com um aumento do custo médio por trabalhador de 364.694 para 633.919 Meticais (agravamento de 73,8%); (v) a exposição cambial significativa perante fornecedores estrangeiros em USD e ZAR.
11. O Conselho Fiscal saúda o Conselho de Administração pela transparência evidenciada na correcção e reexpressão das demonstrações financeiras comparativas de 2024, decorrente da identificação de transacções intragrupo não eliminadas integralmente em períodos anteriores, bem como pela reclassificação, devidamente fundamentada, do financiamento da PHARMATECH FZCO de passivo corrente para não-corrente (284,5 milhões de Meticais).

III. Recomendações

12. Apreciados os documentos, o Conselho Fiscal recomenda ao Conselho de Administração:
 - a. diligenciar junto do Ministério da Saúde e entidades do sector público pela regularização acelerada dos saldos em dívida, com destaque para o Central de Medicamentos e Artigos Médicos;
 - b. diversificação da carteira de clientes, com exploração dos mercados privados como prioridade, e mitigação do risco de concentração na Central de Medicamentos e Artigos Médicos, com mecanismos contratuais mais robustos de garantia de pagamento, incluindo eventual calendário de regularização de dívidas vencidas para o exercício de 2026;
 - c. reforçar os procedimentos de conciliação e consolidação intragrupo com periodicidade pelo menos trimestral;
 - d. apresentar plano de acção para o registo e trespasse dos produtos da INFARMA classificados como não registados;
 - e. efectuar análise criteriosa sobre a base de interesse societário da participação de 49% na INFARMA, contemplando os cenários de alienação, absorção ou manutenção fundamentada, a submeter ao Accionista;
 - f. avaliar a contratação de instrumentos de cobertura cambial (hedging) para a exposição em USD e ZAR decorrente dos saldos a fornecedores estrangeiros, atento o seu peso relativo no balanço;
 - g. aprofundar a análise causal da redução de 35,5% nas vendas consolidadas, distinguindo o efeito de factores não recorrentes de eventuais tendências estruturais de mercado, com vista à definição de medidas de recuperação comercial para o exercício de 2026;
 - h. apresentar actualização sobre o estado de execução do Projecto: Parque Industrial Farmacêutico, aprovado em 2024; e
 - i. restituir a conformação estatutária da governação societária mediante a nomeação definitiva do Administrador Executivo com funções de Administrador-Delegado.

IV. Parecer

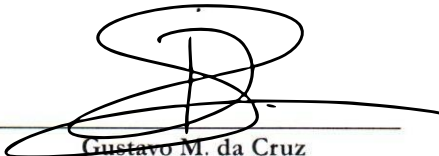
13. O Conselho Fiscal analisou o conteúdo do parecer do Auditor Externo, Forvis Mazars SCAC, Lda., o qual declarou que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de 2025 foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), aprovado pelo Decreto n.º 70/2009, de 22 de Dezembro, o qual o Conselho Fiscal concorda e dá aqui como integralmente reproduzido.
14. Não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da Lei, dos Regulamentos e dos Estatutos da Sociedade, e sem prejuízo das observações, ressalvas e recomendações formuladas no presente parecer, o Conselho Fiscal é de parecer favorável à aprovação, pela Assembleia-Geral de Accionistas:
- das contas relativas ao exercício económico de 2025;
 - do Relatório de Gestão do Conselho de Administração referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025; e
 - da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2025, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Lei.

V. Agradecimentos

15. O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento ao Conselho de Administração e aos colaboradores da Sociedade pela disponibilidade e elevado grau de profissionalismo demonstrados ao longo do exercício em referência. O Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração e aos colaboradores da empresa, a disponibilidade que sempre demonstraram, o elevado grau de profissionalismo e apoio dispensado para a realização do trabalho, bem como no alcance dos resultados apurados.

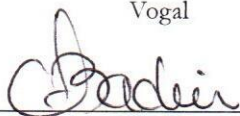
Maputo, 29 de Junho de 2026

Presidente do Conselho Fiscal



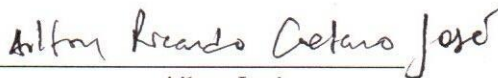
Gustavo M. da Cruz

Vogal



Aminate Bachir

Vogal



Ailton José